



# APÊNDICE A

## do Termo de Referência

---

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e ANEXOS

Anexo I do ETP - Mapa de Riscos

Anexo II do ETP e do TR - Mapa de Cotações



## GLOSSÁRIO e SIGLAS

Fonte para rápida orientação, sempre consultar a lei, jurisprudência ou doutrina especializada.

**Administração (Lei 14.133)** - órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua.

**Administração Pública (Lei 14.133)** - administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

**Adjudicação do objeto licitado** - é o ato administrativo que declara oficialmente que determinada empresa foi a vencedora do certame, que identifica e declara qual das licitantes foi a proponente da melhor proposta, nos termos do edital. Estabelece um vínculo jurídico entre a Administração e a licitante vencedora, visto que indica que é com determinada empresa que a Administração contratará a execução do objeto licitado.

**Adjudicação por itens** - é aquela feita com base na regra do parcelamento do objeto, cada item é uma licitação diferente, estão inseridas no mesmo edital considerando o aproveitamento do mesmo certame e mesmo julgamento nas mesmas datas. Um item pode ser homologado independente do sucesso de outro que conste no mesmo edital.

**Adjudicação por lotes** - uma única licitação composta por dois ou mais itens, significa que apenas uma empresa vai vencer o lote e terá que entregar a totalidade da composição. Os itens compõem o lote, quem vence o lote entrega tudo, é uma licitação única e não separada. A homologação é pelo lote.

**Agente público (Lei 14.133/21)** - indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

**Autoridade (Lei 14.133/21)** - agente público dotado de poder de decisão.

**Atestado de Capacidade Técnica** - Atestados fornecidos por Órgão da Administração Pública ou empresa privada que comprove a execução de serviço ou entrega de produtos.

**Atestado de Responsabilidade Técnica** - Atestados fornecidos por entidade competente de fiscalização de exercício profissional de que o detentor teve sob sua responsabilidade técnica a execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

**Bens e serviços comuns (Lei 14.133/21)** - aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**Bens e serviços especiais (Lei 14.133/21)** - aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do **caput (item anterior)** deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante.

**Bonificação de Despesas Indiretas (BDI)**- BDI, Bonificação ou Benefícios e Despesas Indiretas, é a parte do preço de cada serviço, expresso em percentual, que não se designa ao custo direto ou que não está efetivamente identificado como a produção direta do serviço ou produto. O BDI é a parte do preço do serviço formado pela recomposição do empreendimento, chamado lucro estimado, despesas financeiras, rateio do custo da administração central e por todos os impostos sobre o faturamento, exceto leis sociais sobre a mão-de-obra utilizada no custo direto. É um percentual relativo às despesas indiretas que incide sobre os custos diretos de maneira geral, a fim de compor com precisão o preço de venda ou produção de um serviço ou produto



## **Caderno de Encargos e Especificações Técnicas**

**(CEET)** - Documento de um projeto no qual se enumeram as obrigações das partes e condições técnicas para a execução da obra. É um manual de instruções do projeto e respectivas especialidades, onde se explicam métodos e formas de aplicação e construção com os materiais prescritos.

**Comissão de licitação** - Criada pela administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, em número mínimo de três membros.

**Compra (Lei 14.133/21)** - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

**Compra imediata (Lei 14.133/21)** - considerada imediata aquela (compra) com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento

**Contratante (Lei 14.133)** - pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.

**Contratado (Lei 14.133)** - pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração

**Cronograma Físico Financeiro** - ferramenta que considera o planejamento dos custos de acordo com a etapa física (ou construída) da obra, verificando quanto dos recursos do orçamento foram usados em cada uma. O cronograma físico-financeiro está previsto nas normas da ABNT para controle das atividades executivas de uma obra, essencialmente na Norma 13531 da ABNT, no seguinte parágrafo: “3.3.6 – As atividades técnicas de projeto devem ser apresentadas em cronograma físico-financeiro que informe os prazos necessários, as datas dos eventos e os seus custos.”

**Cronograma de Atividades** - é uma ferramenta de gestão de atividades normalmente em forma de tabela, que também contempla o tempo em que as atividades vão se realizar. É uma representação gráfica do tempo investido em uma determinada

tarefa ou projeto, segundo as tarefas que devem ser executadas no âmbito desse projeto.

**Cronograma PERT** - serve para descobrir a duração de alguma atividade e tem como base três estimativas: otimista, pessimista e a mais provável. Tem por finalidade definir prazos mais assertivos em todas as etapas. Inclusive, leva em consideração todos os riscos e possíveis atrasos no cronograma.

**Cronograma GANTT** - é um gráfico de barras horizontais utilizado para representar o cronograma de um projeto e das tarefas e eventos relacionados durante o ciclo de vida do projeto. O usuário tem acesso a uma visão geral do agendamento do projeto, dos marcos próximos e do cronograma geral. Cada barra horizontal nesse tipo de diagrama representa uma tarefa, e o comprimento da barra indica o tempo que levará para concluir essa tarefa ou etapa. Ao afastar a visualização do diagrama, os gestores de projetos e as equipes têm acesso à visão geral do trabalho que precisa ser feito, quem é responsável por este e quando.

**Direcionamento** – Vedação legal para o caso de o objeto da licitação ou suas exigências conterem elementos distintivos, restritivos, capazes de ferir o princípio da igualdade.

**Dispensa de licitação** - Modalidade de contratação direta por meio da qual a administração está desobrigada de realizar procedimento licitatório. Na dispensa de licitação, a competição, embora possível, não é obrigatória, em razão de outros princípios que regem a atividade administrativa.

**Edital** - Lei interna da licitação. Documento que enumera todas as condições que devem ser cumpridas pela administração e pelos licitantes num processo licitatório.

**Empenho** – Ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento.

**Empreitada integral** - Quando se contrata determinado empreendimento na integralidade, que compreenda todas as etapas da obra, serviço



e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até a respectiva entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para utilização em condições de segurança estrutural e operacional, bem assim com as características adequadas às finalidades da contratação.

**Empreitada por preço global (Lei 14.133/21)** - contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

**Empreitada por preço unitário (Lei 14.133/21)** - contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

**Empresa autorizada pelo fabricante** - Organização ou profissional liberal que exerce função na qual são exigidas qualificação e competência técnica específica e que são indicados e treinados pelo fabricante.

**Empresa capacitada** - Nos termos da ABNT NBR 5674, organização ou pessoa que tenha recebido capacitação, orientação e responsabilidade de profissional habilitado e que trabalhe sob responsabilidade de profissional habilitado.

**Empresa especializada** - Nos termos da ABNT NBR 5674, organização ou profissional liberal que exerce função na qual são exigidas qualificação e competência técnica específica.

**Entidade (Lei 14.133)** - unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

**Equipe de apoio** - Grupo de pessoas, detentoras de conhecimento técnico sobre o objeto licitado, para prestar auxílio ao pregoeiro.

**Estrutura Analítica de Projeto (EAP)** - é uma subdivisão hierárquica do trabalho do projeto em partes menores, mais facilmente gerenciáveis. Seu objetivo primário é organizar o que deve ser feito para produzir as entregas do projeto. Diferente do cronograma, a estrutura analítica do projeto não comporta atividades. A sua última unidade de decomposição é o pacote de trabalho. Um pacote de trabalho, por sua vez, é um conjunto de atividades.

**Execução Contratual** - é o prazo em que a atividade contratada efetivamente vai ser realizada, executada.

**Execução direta** - Forma de execução realizada pelos órgãos e entidades da administração, pelos próprios meios.

**Execução indireta** - Contratada com terceiros sob os regimes empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral.

**Fiscalização da Execução Contratual** – A Administração deve designar representante responsável pela fiscalização de seus contratos, garantindo cumprimento da execução nos termos do ato pactuado.

**Fracionamento do Objeto** - dividir o objeto em várias contratações separadas, com o objetivo de fugir de uma modalidade licitatória mais complexa, ou até mesmo para evitar a licitação, buscando a dispensa por pequeno valor.

**Garantia contratual** - Período de tempo igual ou superior ao prazo de garantia legal e condições complementares oferecidas voluntariamente pelo fornecedor (incorporador, construtor ou fabricante) na forma de certificado ou termo de garantia ou contrato no qual constam prazos e condições complementares à garantia legal, para que o consumidor possa reclamar dos vícios ou defeitos verificados na entrega de seu produto. Este prazo pode ser diferenciado para cada um dos componentes do produto, a critério do fornecedor.

**Garantia legal** - Período de tempo previsto em lei que o comprador dispõe para reclamar do vício ou defeito verificado na compra de seu produto durável.

**Habilitação** – Documentação comprobatória da constituição jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, além de outros documentos que se fizerem necessários nos termos da lei, para comprovar a aptidão da empresa para fornecer o objeto em licitação para o ente público.



**Homologação** – Ato privativo da autoridade que autorizou a abertura da licitação, ratificando todos os atos anteriores praticados pelas autoridades subalternas, capaz de gerar direitos e deveres entre as partes do processo licitatório.

**Impugnação do edital** – Possibilidade atribuída a qualquer cidadão para interromper o trâmite licitatório, durante o período que antecede a sessão, se discordar ou verificar eventual irregularidade no instrumento convocatório ou não aplicação da lei.

**Inabilitação do Licitante** – Declaração emanada por parte do pregoeiro durante o certame licitatório para os casos de licitante que deixar de apresentar ou apresentar incorretamente os documentos necessários à habilitação. Do ato de inabilitação cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

**Inexigibilidade de licitação** - Modalidade de contratação direta por meio da qual a administração está desobrigada de realizar o procedimento licitatório, por inviabilidade de competição.

**Inexequível** – Condição da proposta que traga custos dos insumos do objeto incoerentes com os de mercado, coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do mesmo.

**Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** - é o ajuste escrito, anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Deverá definir as situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

**Insumos** - Mão de obra, materiais e equipamentos utilizados na produção de materiais e serviços.

**Julgamento das propostas** – Critério objetivo estipulado pela Administração para aferir o valor da licitação de acordo com os tipos: melhor

técnica, técnica e preço, menor preço, maior lance ou oferta

**Leilão** – Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior a valor avaliado.

**Licitação** – Procedimento administrativo que, assegurando o princípio constitucional da isonomia, procura selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração realizar obras, compras e contratações, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

**Licitação dispensada** - Modalidade de contratação por meio da qual a Lei de Licitações desobriga a administração do dever de licitar.

**Licitação deserta** - Caracteriza-se quando não comparecem licitantes ao procedimento licitatório realizado.

**Licitação fracassada** - Caracteriza-se quando há participantes no processo licitatório, mas todos são inabilitados ou todas as propostas são desclassificadas.

**Licitações simultâneas** - Aquelas com objetos similares e que ocorram em intervalos inferiores ou iguais a 30 dias.

**Licitações sucessivas** - Aquelas com objetos similares, em que o edital subsequente tenha data anterior a 120 dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.

**Licitação de alta complexidade técnica** - Aquela que envolve alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.



**Licitante (Lei 14.133/21)** - pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta

**Licitante vencedora** - Pessoa física ou jurídica habilitada no procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa, a quem for adjudicado o objeto da licitação.

**Manutenção corretiva** - Nos termos da ABNT NBR 5674, caracteriza-se por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários.

**Manutenção preventiva** - Nos termos da ABNT NBR 5674, caracteriza-se por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação.

**Mapa Comparativo** – Documento anexo ao processo licitatório que evidencia os valores estimados para a licitação, bem como os valores avançados após o certame, como forma de demonstrar a vantagem alcançadas.

**Matriz de Riscos (Lei 14.133/21)** - cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação (...), contendo a listagem de possíveis eventos supervenientes e estabelecendo as métricas das obrigações.

**Melhor Técnica** – Tipo de licitação a ser utilizada exclusivamente para serviços de natureza

predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral, e, em particular, para elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.

**Memorial descritivo** – Documento descritivo detalhado que compõe o Projeto Básico, quando o objeto deste for serviços de engenharia ou relacionado a obras que não necessitam de um projeto completo.

**Menor preço** – Tipo de licitação normalmente empregada para contratação de obras, serviços e compras, que independem de sofisticação técnica, devendo o edital ou ato convocatório prever que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e oferecer o menor preço.

**Objeto** – O motivo da licitação. A externalização do interesse público capaz de ser licitado. Deve ser obrigatoriamente descrito de forma clara e detalhada, contendo seus elementos característicos, atentando para a objetividade, vedado a exigência de marca e particularidades que o tornem dirigidos a determinado fornecedor. Deve sempre conter as mesmas especificações do mercado, garantindo a vantagem pecuniária ao Estado sem deixar de lado a qualidade.

**Obra (Lei 14.133/21)** - toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel

**Orçamento** – É um ato de previsão de receita e da despesa pública, para um determinado período de tempo, e constitui o documento fundamental das finanças do Estado, bem como da sua contabilidade.

**Órgão (Lei 14.133/21)** unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;





**Parcelamento do Objeto** - divisão do objeto do contrato em partes menores e independentes ampliando a oferta e a competitividade. Considerando se é tecnicamente e economicamente viável dividir a solução e se não há perda de escala ao dividir a solução.

**Pregão** - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais ou via internet.

**Pesquisa de preços** – Levantamento de preços de mercado do objeto da licitação para compor média de preço destinada a orientar a Administração, com a finalidade de se estimar o valor de referência dos itens para licitação, garantindo assim a economicidade e a vantagem para a Administração.

**Preço de Referência** – Valor estimado, pelo órgão central de aquisições governamentais, para servir de parâmetro limite no momento da licitação, garantindo a economicidade.

**Pregão presencial** - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, com a presença dos interessados, por meio de propostas escritas e lances verbais.

**Pregão eletrônico** - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, com a utilização de recursos de tecnologia da informação. No pregão eletrônico, o oferecimento de propostas e lances é feito exclusivamente pela internet.

**Progoeiro** - Servidor designado para, em procedimento licitatório na modalidade pregão, credenciar os interessados, receber as propostas e os documentos de habilitação, examinar as propostas, conduzir os procedimentos relativos à fase de lances, analisar a aceitabilidade dos preços, habilitar os licitantes e adjudicar o objeto ao vencedor.

**Probidade** – Conduta ilibada exigida dos agentes públicos na condução dos negócios da

Administração e que se constitui num dos princípios fundamentais da licitação.

**Profissional habilitado** - Pessoa física e/ou jurídica, prestadora de serviço, legalmente habilitada, com registro válido em órgãos legais competentes para exercício da profissão, prevenção de respectivos riscos e implicações de sua atividade nos demais sistemas que compõem o objeto da intervenção.

**Projeto básico (Lei 14.133/21)** - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (...). Restringe-se às licitações que tenham como objeto obras e serviços de engenharia, não se aplicando no caso de compras e serviços que não tenham relação com obras.

**Projeto Executivo (Lei 14.133/21)** - conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes

**Proposta de preço** – Documento em que o licitante apresentará, nos termos do edital da licitação, sua oferta para disputar aquele certame.

**Proposta Técnica** – A proposta técnica somente deve ser apresentada em licitações dos tipos melhor técnica ou técnica e preços quando o licitante explicita a metodologia, organização e tecnologia com as quais pretende executar o objeto da licitação. O envelope que a contenha será aberto após a fase de habilitação e antes da proposta de preço.

**Publicidade** – Princípio fundamental nos procedimentos administrativos em geral, e, em



particular, na licitação, pois além de garantir a transparência do procedimento, enseja a possibilidade de se atingir um universo maior de interessados. A inobservância do princípio da publicidade induz à nulidade do procedimento licitatório.

### **Ratificação de dispensa ou Inexigibilidade –**

Espécie de homologação assinada pelo titular da pasta, ratificando os termos do processo de dispensa ou inexigibilidade, tornando os atos válidos e aptos a produzirem seus efeitos.

#### **Reajustamento em sentido estrito (Lei 14.133/21)**

- forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

**Recebimento Definitivo** - aceitação efetiva do bem ou do serviço contratado, a partir da análise detalhada e profunda do cumprimento das obrigações legais, técnicas e contratuais e será realizado por servidor ou comissão especialmente designada, que marca a prestação da última parcela devida ao contratado e a liberação das garantias contratuais (seguro-garantia). É o ato administrativo realizado pelo gestor da execução do contrato que concretiza os atestes dos fiscais técnico e administrativo para efeito de liquidação e pagamento, com base na análise dos relatórios e em toda a documentação apresentada pela fiscalização. Equipara-se a um ato composto, ou seja, há um ato principal (atesto da fiscalização técnica e administrativa) e, outro subsequente, que é o ato acessório (do gestor da execução do contrato), o qual torna exequível a ordem de pagamento (autorização) do contrato.

**Recebimento Provisório** - simples transferência da posse do objeto ou do resultado do serviço contratado pela Administração Pública, o qual será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. É o ateste inicialmente realizado pelos fiscais técnico, administrativo,

setorial ou equipe de fiscalização, durante o acompanhamento da execução do contrato.

**Recurso** – Petição do participante da licitação contra decisão do pregoeiro durante o certame, no que diz respeito à desclassificação de propostas de preço ou inabilitação de empresas.

**Recursos Orçamentários** – Previsão da lei orçamentária destinada à cobertura das despesas oriundas do objeto da licitação. Nenhuma licitação para contratação de obras, serviços e compras poderá ser iniciada sem previsão de recursos orçamentários, sob pena de nulidade do ato e apuração de responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, salvo nos casos de Registro de Preço.

**Repactuação (Lei 14.133/21)** - forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

**Responsabilidade Solidária** – Os membros das comissões de julgamento (licitação) respondem solidariamente pelos atos praticados, salvo quando posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

**Revogação** – Decisão tomada pelo titular da pasta, motivada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, sem caráter discricionário, capaz de encerrar os efeitos de uma licitação.

**Seguro Garantia (Lei 14.133/21)** - seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.





**Serviço ( Lei 14.133/21)** - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração

**Serviço Comum de Engenharia (Lei 14.133/21)** - todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

**Serviço Especial de Engenharia (Lei 14.133/21)** - aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” (item anterior) deste inciso.

**Serviço de Engenharia (Lei 14.133/21)** - toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

**Serviços e fornecimentos contínuos (Lei 14.133/21)** - serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

**Serviço por Escopo (Lei 14.133/21)** - aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto

**Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Lei 14.133/21)** - aqueles realizados em trabalhos relativos a: estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;

fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços; patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; restauração de obras de arte e de bens de valor histórico; controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso.

**Sobrepçoço (Lei 14.133/21)** - preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

**Sobrestar** – Suspender os trabalhos da comissão (também o processo) até que sejam atendidas as diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de um processo.

**Suspensão** – Penalidade aplicada à empresa por inexecução total ou parcial do contrato firmado com a Administração. Consiste na suspensão temporária de participar em licitações e impedimento em contratar, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**Superfaturamento (Lei 14.133/21)** - dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações: medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas; deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia; alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado; distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços.



**Suplementação** – aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária.

**Técnica e preço** – Tipo de licitação que procura mesclar a melhor técnica com o menor preço, em que a classificação dos proponentes se fará de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório. Deve ser utilizada exclusivamente para serviços com predominância intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral, e, em particular, para elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.

**Termo de Referência** – documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter; definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução como um todo requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, critérios de medição e de pagamento, forma e critérios de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação, adequação orçamentária.

**Vigência Contratual** - o prazo de vigência é o período de duração do contrato que não pode ultrapassar o respectivo crédito orçamentário. Já o prazo de execução é o tempo que o particular tem para executar o objeto e está, portanto, englobado no prazo de vigência. Assim, o prazo de vigência é delimitado pelo período necessário para a execução do objeto, seu recebimento e o respectivo pagamento, para que ambas as partes contratantes possam cumprir suas obrigações finais.

**Vinculação ao Edital** – Obrigação da Administração, bem como dos participantes da licitação, em atender rigorosamente às normas e condições previstas em edital

## SIGLAS

**CAU** - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

**CATSER** - Catálogo de Serviços

**CATMAT** - Catálogo de Materiais

**CEET** - Caderno de Encargos e Especificações Técnicas

**CFF** - Cronograma Físico Financeiro

**CONFEA** - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

**CPL** - Comissão Permanente de Licitações

**CREA** - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

**DDO** - Declaração de Disponibilidade Orçamentária

**DEA** - Divisão de Engenharia e Arquitetura

**DFD** - Documento de Formalização da Demanda

**EAP** - Estrutura Analítica de Projeto

**ETP** - Estudo Técnico Preliminar

**GTED** - Grupo Técnico de Edificações

**IMR** - Instrumento de Medição de Resultados

**INCC** - Índice Nacional da Construção Civil

**MD** - Memorial Descritivo

**MJSP** - Ministério da Justiça e Segurança Pública

**MR** - Matriz de Risco

**OD** - Ordenador de Despesas

**PCA** - Plano de Contratações Anual

**PB** - Projeto Básico

**PF** - Polícia Federal

**PGC** - Planejamento e Gerenciamento de Contratações

**SINAPI** - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

**SR** - Superintendência

**TR** - Termo de Referência

**UCI** - Unidade de Controle Interno

**UG** - Unidade Gestora



## NORMAS CORRELATAS E APLICÁVEIS

### 1. DECRETOS E LEIS

- 1.1. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- 1.2. [Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024](#) - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- 1.3. [Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022](#) - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 1.4. [Decreto nº 10.818, de 21 de setembro de 2021](#) - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
- 1.5. [Decreto Nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019](#) - Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.
- 1.6. [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#) - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências

### 2. INSTRUÇÕES NORMATIVAS

- 2.1. [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 53, de 28 de dezembro de 2023](#) - Autoriza a utilização do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf para apresentação de documentação equivalente por empresas estrangeiras que não funcionem no País, com fins a habilitação em licitação, dispensa, inexigibilidade e nos contratos administrativos de acordo com o que dispõe o parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.2. [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 8, de 23 de março de 2023](#) - Altera a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.3. [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 4, de 2 de fevereiro de 2023](#) - Estabelece regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.4. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022](#) - Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.



- 2.5. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022](#) - Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.6. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022](#) - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- 2.7. [Instrução Normativa Seges/Me Nº 73, de 30 de setembro De 2022](#) (Comentada - Atualizada) - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.8. [Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022](#) - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- 2.9. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021](#) - Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.10. [Instrução Normativa AGU nº 1, de 13 de setembro de 2021](#) - Dispõe sobre a não obrigatoriedade da manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.11. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021](#) - Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.12. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.13. [Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020](#) - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- 2.14. [Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018](#) - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 2.15. [Instrução Normativa Nº 5, De 26 De maio De 2017 \(Atualizada\)](#) - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de



execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

### 3. PORTARIAS

- 3.1. [Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023](#) - Institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS de que trata o art. 7º da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.
- 3.2. [Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022](#) - Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 3.3. [Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#) - Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

### 4. MANUAIS e GUIAS

- 4.1. [Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação](#) - IPPC, AGU;
- 4.2. [Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia](#) - IPPC, AGU;
- 4.3. [Guia de Contratações Sustentáveis](#), AGU
- 4.4. [Orientações Para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas](#), TCU;
- 4.5. [Manual de Pesquisa de Preços](#), STJ;
- 4.6. [Caderno de Logística Pesquisa de Preços](#), MGI;
- 4.7. [Licitações e Contratos, Orientações e Jurisprudência](#), TCU;
- 4.8. [Guia de Gerenciamento de Riscos](#), DNIT;
- 4.9. [Obras Públicas, Recomendações para a Contratação e Fiscalização](#), TCU;
- 4.10. [Manual de Auditoria de Obras Públicas Parte I](#), CGU;
- 4.11. [Manual de Auditoria de Obras Públicas e Serviços de Engenharia](#), IBRAOP;
- 4.12. [OT - IBR 008/2020](#), IBRAOP.



## SUMÁRIO

<b>NORMAS CORRELATAS E APLICÁVEIS</b>	<b>57</b>
1. DECRETOS E LEIS	57
2. INSTRUÇÕES NORMATIVAS	57
3. PORTARIAS	59
4. MANUAIS e GUIAS	59
<b>SUMÁRIO</b>	<b>60</b>
<b>ETP-1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE</b>	<b>63</b>
ETP-1.1. Problema a ser resolvido (por quê fazer?)	63
ETP-1.2. Perspectiva do interesse Público	63
<b>ETP-2. PREVISÃO NO PCA/PNCP</b>	<b>64</b>
<b>ETP-3. ÁREA REQUISITANTE</b>	<b>64</b>
<b>ETP-4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>65</b>
ETP-4.1. Enquadramento do objeto	65
ETP-4.1.1. Classificação como obra, serviço comum ou especial de engenharia ou serviço comum geral	65
ETP-4.2. Da Dispensa de Licitação	66
ETP-4.3. Building Information Modelling – BIM	66
ETP-4.4. Natureza dos Serviços:	67
ETP-4.4.1. Serviço por escopo ou continuado	67
ETP-4.4.2. Atividade de custeio ou investimento	67
ETP-4.5. Duração inicial do contrato:	68
ETP-4.5.1. Execução e vigência	68
ETP-4.6. Subcontratação:	68
ETP-4.6.1. Itens e percentuais aplicáveis	68
ETP-4.7. Participação de Consórcios	68
ETP-4.8. Participação de Cooperativas	68
ETP-4.9. Elaboração de Projeto Executivo	70
ETP-4.9.1. Existência de Projeto Executivo	70
ETP-4.9.2. A contratação para elaborar Projeto Executivo	70
ETP-4.10. Cessão de Uso de Direitos	70
ETP-4.11. Confidencialidade	70
ETP-4.12. Sustentabilidade:	71
ETP-4.13. Habilitação Econômico-Financeira (Patrimônio Líquido)	75
ETP-4.14. Garantia da Contratação	76
ETP-4.14.1. Garantia de Execução	76
ETP-4.14.2. Seguro-garantia	76
ETP-4.15. Garantia dos Bens e Serviços	77
ETP-4.15.1. Garantia quinquenal	77
ETP-4.15.2. Garantia Legal Código Consumidor	77
ETP-4.15.3. Garantia Contratual dos Serviços	77
ETP-4.15.4. Garantia Estendida	77
ETP-4.16. Transição Contratual e Encerramento	77
ETP-4.16.1. Obrigatoriedade da transição contratual	77
ETP-4.16.2. Transferência de conhecimento	77





ETP-4.16.3. Manual de operações	78
ETP-4.17. Requisitos de Qualificação Técnica:	78
ETP-4.17.1. Registro na entidade profissional	79
ETP-4.17.2. Capacidade técnica operacional	79
ETP-4.17.3. Capacidade técnica profissional (do responsável técnico):	79
ETP-4.18. Regime de Execução Indireta:	79
ETP-4.18.1. Tipo de Empreitada	79
ETP-4.18.2. Empreitada por Preço Global	79
ETP-4.18.3. Subestimativas ou Superestimativas Relevantes	80
ETP-4.19. Matriz de Riscos Para o Contrato:	81
ETP-5. LEVANTAMENTO DE MERCADO	82
ETP-5.1. Análise de Alternativas	82
ETP-5.1.2. Solução mais vantajosa	82
ETP-6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	83
ETP-6.1. O que fazer?	83
ETP-6.2. Quem vai fazer?	83
ETP-6.3. Como fazer?	83
ETP-6.4. Onde Fazer?	83
ETP-6.5. Por que Fazer?	83
ETP-6.6. Vida útil do objeto da contratação.	84
ETP-6.7. Manutenção e Assistência	84
ETP-7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS	84
ETP-8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	85
ETP-8.2. Curva ABC	86
ETP-8.3. Cronograma Físico Financeiro	86
ETP-9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO	86
ETP-10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES	86
ETP-10.1. O objeto prescinde ou não de outras contratações?	87
ETP-11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO	87
ETP-12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO	87
ETP-12.1. Resultados Financeiros (ROI)	88
ETP-12.2. Resultados para a produtividade	88
ETP-12.3. Resultados quanto à aplicação de materiais e tecnologia	88
ETP-13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS	88
ETP-13.1. Adequação dos Locais e Ambientes	88
ETP-13.2. Gestão e Fiscalização Técnica	88
ETP-13.3. Gestão e Fiscalização Administrativa	88
ETP-14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	89
ETP-15. JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO	89
ETP-16. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS	90
ETP-16.1. Licença Ambiental	90
ETP-16.2. Matrícula/RGI	90
ETP-16.3. SPIU	90
ETP-16.4. Autorização do Ordenador Para o Início da Demanda	90
ETP-16.5. Aprovação do Ordenador ao Fim da Instrução Processual	90



<u>ETP-17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE</u>	<u>90</u>
<u>ETP-17.2. Viabilidade Técnica Operacional</u>	<u>91</u>
<u>ETP-17.3. Viabilidade Orçamentária</u>	<u>91</u>
<u>ETP-17.4. Viabilidade Técnico Legal</u>	<u>91</u>
<u>ETP-17.5. Viabilidade Ambiental</u>	<u>91</u>
<u>MAPA DE RISCOS - ANEXO DO ETP</u>	<u>92</u>
<u>DETALHES CONSTRUTIVOS - ANEXO DO TR</u>	<u>104</u>
<u>DC-1. Introdução</u>	<u>104</u>
<u>DC-1.1. Objetivo</u>	<u>104</u>
<u>DC-2. Materiais</u>	<u>104</u>
<u>DC-2.1. Tela Galvanizada</u>	<u>104</u>
<u>DC-2.2. Mourão de concreto armado</u>	<u>105</u>
<u>DC-2.3. Concertina</u>	<u>105</u>
<u>DC-2.4. Ferragem</u>	<u>105</u>
<u>DC-3. Instalação</u>	<u>105</u>
<u>DC-3.1. Recomendações gerais</u>	<u>105</u>
<u>DC-4. Controle de Execução</u>	<u>106</u>
<u>DC-4.1. Vistoria</u>	<u>106</u>
<u>DC-4.2. Aceitação</u>	<u>106</u>
<u>DC-5. Manejo Ambiental</u>	<u>106</u>
<u>DC-5.1. Orientações gerais</u>	<u>106</u>
<u>DC-6. Detalhes Construtivos</u>	<u>107</u>
<u>DC-6.1. Alinhamento</u>	<u>107</u>
<u>DC-6.2. Portão de Pedestres</u>	<u>107</u>
<u>DC-6.3. Imagens do local de execução da cerca</u>	<u>108</u>



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### ETP-1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Conforme exigências do Art 18, inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

*I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*

#### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R01

R05

R06

#### ETP-1.1. Problema a ser resolvido (por quê fazer?)

etp-1.1.1.1. Contratação de serviço especial de engenharia para elaboração de projeto de Inventário Florestal com Supressão.

etp-1.1.1.2. Conforme já detalhado no Documento de Formalização da Demanda, o NEPOM de Guaira está com parte do muro que limita o seu perímetro entrando em colapso. Por isso fora contratado projeto para construção de novo muro de divisa, onde verificou-se que a melhor solução seria o arrimo construído com gabião. O que não poderia ser previsto anteriormente considerando a originalidade da solução proposta.

etp-1.1.1.3. Assim, para a construção do gabião, ativos florestais deverão ser retirados, logo é inevitável proceder à elaboração de projeto para supressão de vegetação com ou sem compensação, a depender da exigência do órgão ambiental.

#### ETP-1.2. Perspectiva do interesse Público

etp-1.2.1.1. Realizar a retirada regulamentar dos ativos florestais, com vistas à sustentabilidade, promovendo a compensação em área a ser determinada pelos órgãos ambientais.

### ETP-2. PREVISÃO NO PCA/PNCP

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

*II -demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração*

#### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R21



etp-2.1.1.1. O objeto desta contratação **NÃO** está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025**,  
**devendo ser inserido, em momento oportuno, antes da publicação do edital**

~~etp-2.1.1.1.1. ID PCA no PNCP:~~

~~etp-2.1.1.1.2. Data de publicação no PNCP:~~

~~etp-2.1.1.1.3. Id do item no PCA:~~

~~etp-2.1.1.1.4. Classe/Grupo: 833-~~

~~etp-2.1.1.1.5. Identificador da Futura Contratação:~~

### ETP-3. ÁREA REQUISITANTE

#### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R13

R35

#### INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - SELOG/SR/PF/PR

Márcio de Souza Bouzas	APF	16.380	bouzas.msb@pf.gov.br
------------------------	-----	--------	----------------------

#### INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR - GTED/SELOG/SR/PF/PR

Márcio de Souza Bouzas	APF	16.380	bouzas.msb@pf.gov.br
------------------------	-----	--------	----------------------

#### INTEGRANTE TÉCNICO TITULAR - GTED/SELOG/SR/PF/PR

Junior Maggi	APF	20.349	junior.jm@pf.gov.br
--------------	-----	--------	---------------------

#### INTEGRANTE TÉCNICO SUBSTITUTO - GTED/SELOG/SR/PF/PR

Gerson Maggi	APF	20.351	maggi.gm@pf.gov.br
--------------	-----	--------	--------------------

### ETP-4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

*II -requisitos da contratação*

#### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R07



## ETP-4.1. Enquadramento do objeto

### ETP-4.1.1. Classificação como obra, serviço comum ou especial de engenharia ou serviço comum geral

etp-4.1.1.1. O objeto da contratação deve ser classificado com um **serviço especial de engenharia**, pelos motivos abaixo elencados.

etp-4.1.1.2. Os serviços e obras de engenharia estão disciplinados da seguinte forma na Lei nº 14.133/2021:

*“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

*XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;*

*[...]*

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;*

*serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade e complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso...” (Grifei)*

etp-4.1.1.3. Ainda sobre o tema:

etp-4.1.1.4. Considerando a Nota Técnica do CONFEA Decisão PL -074/2007:

*"Doutrinariamente bem se posiciona o professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Benedito Porto Neto, ao dispor sobre a aplicação da Lei nº 10.520, de 2002 ao concluir que os serviços de Engenharia podem ser contratados por pregão somente quando não haja pagamentos vinculados às etapas de sua execução e desde que o atendimento das especificações definidas em contrato possam ser aferidas por leigos na área, uma vez que esta modalidade foi instituída com o objetivo de agilizar o processo de contratação e ampliar a competição entre os interessados no contrato, assegurando à Administração Pública a possibilidade de rejeitar de imediato os bens e serviços em desacordo com as especificações definidas em contrato, antes de qualquer pagamento por eles." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA*

*"Constata-se assim que todo serviço de Engenharia possui certo grau de complexidade que inviabiliza sua contratação por meio da licitação na modalidade pregão, segundo os critérios estabelecidos pela própria Lei nº 10.520, de 2002, uma vez que, genericamente, seus padrões de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente definidos pelo edital e o resultado final não é passível de ser atestado por pessoas dotadas apenas de senso comum, sem a realização de investigações pormenorizadas.(Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA.*

*"Deste modo, infere-se que a caracterização do que seja um serviço comum de Engenharia é o ponto de divergência entre o posicionamento legal e o técnico, uma vez que a Lei nº 10.520, de 2002, ao utilizar o termo “comum”, sem, contudo, defini-lo tecnicamente, permitiu que serviços técnicos especializados das áreas da Engenharia, Arquitetura e*



*Agronomia fossem comparados, para fins de contratação, a serviços de limpeza e de conservação de imóveis, por exemplo. (Nota Técnica Informativa - Decisão PL - 074/2007-CONFEA)" (grifei)*

etp-4.1.1.5. Considerando a Resolução 1.116 de 26 de Abril de 2019 CONFEA:

*"Art. 1º Estabelecer que as obras e os serviços de Engenharia e de Agronomia, que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, são serviços técnicos.*

*§ 1º Os serviços são assim caracterizados por envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, por abarcarem risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por sua complexidade, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições.*

*§ 2º As obras são assim caracterizadas em função da complexidade e da multiprofissionalidade dos conhecimentos técnicos exigidos para o desenvolvimento do empreendimento, sua qualidade e segurança, por envolver risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por demandar uma interação de concepção físico-financeira que determinará a otimização de custos e prazos, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições." (grifo nosso)*

etp-4.1.1.6. Considerando a Decisão PL2467/2012 CONFEA:

*"... tecnicamente existe diferenciação entre serviços comuns e não comuns no âmbito da Engenharia ou da Agronomia, pois serviços que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a obrigatoriedade de emissão da devida ART perante o Crea, tais como projetos, consultoria, fiscalização, supervisão e perícias, jamais poderão ser classificados como comuns, dada a sua natureza intelectual, científica e técnica, fatores que resultam em ampla complexidade executiva, exigindo portanto profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, conforme também detalha o art. 13 da Lei 8.666, de 1993, não se admitindo a sua contratação pela modalidade Pregão. " (grifo nosso)*

etp-4.1.1.7. Entende-se que somente profissionais da engenharia ou arquitetura conseguirão realizar as obrigações deste ETP e posterior Termo de Referência, visto que deverão ser seguidas normas técnicas (NBR, CIE, RBAC etc.), que demandam certo grau técnico de conhecimento e compreensão.

etp-4.1.1.8. Ainda, em sintonia com a nota técnica do CONFEA, observa-se que serviços técnicos especializados de engenharia ou arquitetura não podem ser comparados com serviços comuns de manutenção ou limpeza. Nesse entendimento, observa-se que leigos na área não estarão aptos a aferir as especificações deste ETP e posterior Termo de Referência.

etp-4.1.1.9. Sacramentando esse entendimento, o TCU decidiu que não são comuns os serviços de natureza predominantemente intelectual, tal qual engenharia consultiva ou elaboração de projetos

## ETP-4.2. Da Dispensa de Licitação

etp-4.2.1.1. Trata-se de contratação com valor inferior ao limite do DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um mil e quinze centavos)

etp-4.2.1.2. Assim, e, sendo certo que para o exercício de 2025 os valores dispensados de contratação somados, não alcançaram o referido limite, verifica-se a possibilidade de utilizar o disposto no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.





### ETP-4.3. Building Information Modelling – BIM

Conforme exigências do Art 19, § 3º da lei 14.133/21 que diz:

*II - Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.*

- etp-4.3.1.1. Não se aplica ao objeto desta contratação, a exigência de Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM), prevista no Decreto 10.306/2020 e no artigo 19, §3º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a modelagem em BIM é meio e não fim para o objeto a ser contratado.
- etp-4.3.1.2. Os serviços que se pretendem contratar não são afetos à modelagem BIM, mas sim de caráter unicamente legal junto aos órgãos ambientais. Não será exigido que a empresa realize as-built, de prancha, desenho ou BIM e, ainda que fosse fugiria do escopo da contratação pois para este contrato não pode ser exigido da empresa a elaboração de projeto diverso do ambiental.

### ETP-4.4. Natureza dos Serviços:

#### ETP-4.4.1. Serviço por escopo ou continuado

- etp-4.4.1.1. Os serviços demandados devem ser classificados como serviços não contínuos ou por escopo, pelos motivos abaixo elencados.

- etp-4.4.1.1.1. A contratação que se pretende celebrar tem por finalidade a elaboração de um projeto de inventário florestal para supressão, que possui prazo determinado para finalizar e ainda será medido e pago em parcela única.

- etp-4.4.1.1.2. Ainda a definição da Lei nº 14.133/2021 para serviços escopo é dada da seguinte forma:

*XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.*

#### ETP-4.4.2. Atividade de custeio ou investimento

Conforme disciplina o D 10.193/19 e Art 2º da Portaria ME 7.828/22 que diz:

*Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:*

*(...)*

*II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância,*



*transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;*

etp-4.4.2.1. De acordo o Art 2º, inciso II, da Portaria ME 7.828/22 a pretendida contratação não é atividade de custeio, sendo classificada como investimento. Além disso, do resultado da contratação não haverá atividade de custeio herdada, como no caso de construção de edificações, onde após a construção necessita-se, obrigatoriamente, de manutenção.

#### ETP-4.5. Duração inicial do contrato:

##### ETP-4.5.1. Execução e vigência

- etp-4.5.1.1. O contrato não possui natureza continuada, portanto o serviço termina após a entrega total do objeto, que é a elaboração do projeto de inventário florestal para supressão, aprovado pela Fiscalização Técnica.
- etp-4.5.1.2. A previsão para o fim do serviço, execução contratual, é de **180 (cento e oitenta)** dias corridos, a contar da data estipulada na Ordem de Serviço de Abertura (OSA).
- etp-4.5.1.3. O prazo de vigência contratual é de **360 (trezentos e sessenta) dias** a contar da data de assinatura do contrato.

#### ETP-4.6. Subcontratação:

##### ETP-4.6.1. Itens e percentuais aplicáveis

- etp-4.6.1.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer obrigação ou parte do objeto:

#### ETP-4.7. Participação de Consórcios

- etp-4.7.1.1. Trata-se de um único serviço, que pode e deve ser realizado por uma única empresa e ainda com escopo muito reduzido. Assim a opção pelo consórcio seria desproporcional ao objeto a ser contratado, e o embaraço administrativo causado por uma gestão de contrato de uma modalidade de contratação tão peculiar não traria qualquer benefício para a Administração Pública.

#### ETP-4.8. Participação de Cooperativas

- etp-4.8.1.1. Será admitida a participação de cooperativas desde que respeitadas as regras da Lei 14.133/2021 e IN – Seges/MP 5/2017:
  - etp-4.8.1.1.1. A Lei 14.133/2021 estabeleceu que os profissionais organizados em cooperativa podem participar de licitações públicas, desde que cumpram as seguintes condições:

*Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:*

    - I – a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*
    - II – a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*



*III – qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*

*IV – o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*

etp-4.8.1.1.2. A Instrução Normativa Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, orienta que:

*Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:*

*I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e*

*II - que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.*

*§ 1º Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas neste artigo, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta.*

*§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.*

*Art. 11. Na contratação de sociedades cooperativas, o órgão ou entidade deverá verificar seus atos constitutivos, analisando sua regularidade formal e as regras internas de funcionamento, para evitar eventual desvirtuação ou fraude.*

*Art. 12. Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição.*

*Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.*

*Art. 13. Não será admitida a contratação de cooperativa ou de instituição sem fins lucrativos cujo estatuto e objetos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.*



## ETP-4.9. Elaboração de Projeto Executivo

### ETP-4.9.1. Existência de Projeto Executivo

etp-4.9.1.1. Não existe, para essa contratação, a necessidade de formalizar Projeto Executivo, pois trata-se de projeto legal com vistas a realizar a retirada regulamentar de ativos florestais. A instrução exaure toda a informação necessária para o cumprimento do objeto.

### ETP-4.9.2. A contratação para elaborar Projeto Executivo

etp-4.9.2.1. A pretendida contratação não tem como objeto ou parte dele a elaboração de projeto executivo. Ao final deverá ser entregue e aprovado, nos órgãos ambientais, o inventário florestal com o plano de supressão de vegetação e, caso necessário, plano de manejo ou compensação de ativos.

## ETP-4.10. Cessão de Uso de Direitos

etp-4.10.1.1. As soluções originais, ou propriedade intelectual que tenha como polo passivo o objeto do contrato de que trata esse documento, e que venham a ser elaboradas pela contratada, serão cedidas tacitamente à Administração Pública, na figura da Polícia Federal.

etp-4.10.1.2. O cedente não poderá proibir a vinculação da solução à Polícia Federal, restando àquele os direitos de propriedade intelectual na figura de co-autor.

## ETP-4.11. Confidencialidade

etp-4.11.1.1. Durante a vistoria das instalações, caso a licitante opte por vistoriar as edificações, será permitido o acesso a pranchas ou desenhos da edificação, porém será proibida sua reprodução, e posterior trânsito dessas informações, seja por meio digital ou analógico.

etp-4.11.1.2. Após a assinatura do contrato poderá ser disponibilizado para a contratada, mediante Termo de Confidencialidade, pranchas, desenhos, projetos e outros documentos que possuam informações sobre as características internas das edificações, bem como os sistemas que nelas estão contidos.

## ETP-4.12. Sustentabilidade:

etp-4.12.1.1. Não se aplica ao objeto da contratação. A contratação em tela versa sobre elaboração de Projeto de Inventário Florestal com Supressão, logo as regras ambientais ou de sustentabilidade são aquelas exigidas pelo próprio projeto que ainda deverá ser avaliado por órgão ambiental regulador, o IAT, Instituto Água e Terra, e que ao final emitirá autorização da supressão.

## ETP-4.13. Habilitação Econômico-Financeira (Patrimônio Líquido)

etp-4.13.1.1. Conforme regulamenta a Lei 14.133/2021, temos que:

*Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*



*I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;*

*II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.*

*§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.*

*§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.*

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

**etp-4.13.1.2.** Portanto, será adotado o percentual de **10%** de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo da empresa ganhadora.

#### **ETP-4.14. Garantia da Contratação**

##### **ETP-4.14.1. Garantia de Execução**

**etp-4.14.1.1.** A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, conforme regras previstas no Capítulo II - Das Garantias, da Lei 14.133/2021, artigos 96 a 102:

*Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.*

**etp-4.14.1.2.** Portanto, será exigida a garantia de execução, tendo em vista que a natureza dos serviços requerem que sejam adotados cuidados com a finalidade de garantir a execução contratual, adotando-se o percentual de 5% previsto como regra do Art. 98, por não se verificarem circunstâncias que justifiquem a majoração.

##### **ETP-4.14.2. Seguro-garantia**

**etp-4.14.2.1.** O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

*I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;*

*II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.*



etp-4.14.2.2. Facultado à contratada a opção pelo seguro garantia desde que explícito em contrato, conforme descrito no TR.

## ETP-4.15. Garantia dos Bens e Serviços

### ETP-4.15.1. Garantia quinquenal

etp-4.15.1.1. A garantia quinquenal dos serviços na forma do Art 618 do Código Civil é a seguinte:

#### **Art 618 da Lei 10.406/02**

*Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.*

**Parágrafo único.** *Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito*

etp-4.15.1.2. Assim, deverá, por analogia, ser exigida a quinquenal dos serviços tendo em vista tratar-se de intervenção de engenharia, ou seja, a contratação que se pretende celebrar necessita de responsabilidade técnica.

### ETP-4.15.2. Garantia Legal Código Consumidor

etp-4.15.2.1. A garantia legal para peças, materiais, equipamentos, mecanismos ou ferramentas será aquela estipulada pela Lei 8078/90.

### ETP-4.15.3. Garantia Contratual dos Serviços

etp-4.15.3.1. Não se aplica ao objeto da contratação

### ETP-4.15.4. Garantia Estendida

etp-4.15.4.1. Não se aplica ao objeto da contratação

## ETP-4.16. Transição Contratual e Encerramento

### ETP-4.16.1. Obrigatoriedade da transição contratual

etp-4.16.1.1. Não se aplica ao objeto da contratação

### ETP-4.16.2. Transferência de conhecimento

etp-4.16.2.1. Não se aplica ao objeto da contratação

### ETP-4.16.3. Manual de operações

etp-4.16.3.1. Não se aplica ao objeto da contratação

## ETP-4.17. Requisitos de Qualificação Técnica:

Conforme exigências da lei 14.133/21 que diz:

**Art. 67.** *A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na*





*execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;*

*V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;*

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

*§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.*

e ainda o inciso IX Art 18 da mesma lei:

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

#### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R24

R25

R34

#### ETP-4.17.1. Registro na entidade profissional

etp-4.17.1.1. Considerando que a execução dos serviços devem ser realizados por profissionais habilitados (Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo ou Biólogo), e considerando que para emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) o profissional deverá estar registrado na entidade de classe competente.



#### ETP-4.17.2. Capacidade técnica operacional

- etp-4.17.2.1. A contratada deverá comprovar que possui capacidade técnica operacional por meio da apresentação de, no mínimo, **1 Projeto de Inventário Florestal com Supressão**.
- etp-4.17.2.2. O Termo de Referência detalha as regras para comprovação da capacidade técnica operacional.

#### ETP-4.17.3. Capacidade técnica profissional (do responsável técnico):

- etp-4.17.3.1. O profissional deverá comprovar que possui capacidade técnica operacional por meio da apresentação de, no mínimo, **1 Projeto de Inventário Florestal com Supressão**.
- etp-4.17.3.2. O Termo de Referência detalha as regras para comprovação da capacidade técnica operacional.

### ETP-4.18. Regime de Execução Indireta:

#### ETP-4.18.1. Tipo de Empreitada

- etp-4.18.1.1. Considerando que a contratação envolve somente um tipo serviço e, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para à Administração, bem como a adequada contraprestação conforme as características dos serviços a serem contratadas o regime deverá ser Empreitada por **Preço Global**.

#### ETP-4.18.2. Empreitada por Preço Global

- etp-4.18.2.1. Para o item a ser adjudicado e tendo em vista que é possível a adequada mensuração dos serviços e insumos que compõem a contratação, trata-se do regime mais adequado para este tipo de contratação.
- etp-4.18.2.2. No caso de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação (conforme recomendações básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas do TCU);
- etp-4.18.2.3. Considerando que o valor de contratação para este tipo de serviço (inventário florestal, projeto de compensação ambiental e demais documentos necessários à anuência no Órgão Ambiental) é baseado sumariamente pela área afetada, o preço foi estimado baseando-se em imagens de satélite, com boa margem de precisão, resultando em área de aproximadamente 2.300 m<sup>2</sup>.
- etp-4.18.2.4. Considerando esse fator técnico, foram solicitados orçamentos à profissionais habilitados e buscas em painel de preços e outras referências orçamentárias, conforme documento de comprovação de orçamentos.
- etp-4.18.2.5. Logo, a quantidade de serviços previstos foram levantados com boa margem de precisão, adotando-se, portanto, o modelo Empreitada por Preço Global.

#### ETP-4.18.3. Subestimativas ou Superestimativas Relevantes

- etp-4.18.3.1. Como regra geral, mas sempre justificado, admite-se aditivo em contratos regidos por qualquer regime que não seja contratação integrada ou semi integrada.
- etp-4.18.3.2. Neste contexto, verifica-se situações que a possibilidade de celebração de aditivos em EPG dividem-se em dois grupos:
  - etp-4.18.3.2.1. Alterações de projeto propostas pela administração, fatos imprevisíveis e demais situações, em que é obrigatória a celebração de termo aditivo ao contrato de obra pública, respeitados os limites legais;



- etp-4.18.3.2.2. Alterações contratuais decorrentes de erros de orçamentação, projetos ou quantitativos, em que se devem considerar os riscos que envolvem os contratos administrativos, sendo divididos, doutrinariamente, em álea ordinária e álea extraordinária (subdivididos em áleas administrativa e econômica).
- etp-4.18.3.3. Salienta-se, oportunamente, da necessidade da definição dos seguintes conceitos:
- etp-4.18.3.3.1. subestimativas relevantes: quantitativos relevantes subestimados no orçamento base da licitação, omissões perceptíveis (entendidas como itens que estariam incluídos no serviço contratado por uma exigência lógica do próprio serviço ou pela inclusão em qualquer outro item do projeto básico: projetos, especificações, memoriais, etc);
- etp-4.18.3.3.2. superestimativas relevantes: quantitativos superestimados que comprometam a observância aos princípios da economicidade, moralidade e probidade administrativas devem sofrer alteração contratual para reduzir os quantitativos inadequados, ajustando o montante total ao valor real, caracterizando superfaturamento de obras públicas e configurar ato de improbidade administrativa.
- etp-4.18.3.4. Neste contexto, segundo a Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - International Cost Engineering Council), **indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5%** (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de EPG, ou seja: com todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada e disponíveis. Assim, esse parâmetro será utilizado neste processo como critério médio de variação de risco de cada etapa do projeto.
- etp-4.18.3.5. **Caso seja ultrapassado o limite supracitado, pode ser efetuado aditivo contratual, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, não poderão ultrapassar, no seu conjunto, o limite máximo de tolerância de até 25% do valor total dispensado para a parcela destinada a Empreitada por Preço Global.**
- etp-4.18.3.6. Nesse sentido segue abaixo tabela com as tolerâncias permitidas:

RISCO	DEFINIÇÃO	IMPACTO (Alto, Médio ou Baixo)	ALOCÇÃO (Contratado, Contratante ou compartilhado)
Erros nos quantitativos dos serviços da faixa A (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Subestimativas superiores a 10%	Alto	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Alto	Contratado
Erros nos quantitativos dos serviços das faixas B e C (Metodologia ABC) da planilha orçamentária	Subestimativas ou Superestimativas de qualquer valor	Baixo	Compartilhado
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de projetos e especificações.	Alteração nos custos devido a revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Médio	Contratante



Serviços previstos nos projetos e especificações, mas não contemplados na planilha orçamentária	Serviços cujos valores se enquadrem na faixa A (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Alto	Contratante
	Serviços cujos valores se enquadrem nas faixas B e C (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Baixo	Contratado

etp-4.18.3.7. Para a contratação em tela, tendo em vista não existir planilha orçamentária, com classificação de insumos, suprime-se a divisão por faixas (A, B e C) e utiliza-se o valor global para aferir a margem de erro de +/- 10%.

#### ETP-4.19. Matriz de Riscos Para o Contrato:

etp-4.19.1.1. É facultativa a elaboração de uma matriz de alocação de riscos, no contrato, para a presente contratação. Além disso, tal dispositivo é obrigatório apenas em contratações integradas ou semi-integradas. Resta esclarecer ainda que a Matriz de Alocação de Risco difere da Matriz de Riscos da contratação, visto que esta vai anexa à instrução processual, enquanto aquela é parte do contrato.

etp-4.19.1.2. Ainda assim, sugere-se a inclusão, no contrato, da seguinte Matriz de Alocação de Riscos:

RISCO	DEFINIÇÃO	IMPACTO (Alto, Médio ou Baixo)	ALOCÇÃO (Contratado, Contratante ou compartilhado)
Erros nos quantitativos dos serviços	Subestimativas superiores a 10%	Alto	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Alto	Contratado
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de especificações.	Alteração nos custos devido a revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Médio	Contratante

### ETP-5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

*V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar*

#### ETP-5.1. Análise de Alternativas

etp-5.1.1.1. A prospecção de mercado consiste em buscar soluções semelhantes às pretendidas nesta licitação, e que tenham em comum os mesmos problemas. Conhecido o problema, deve-se verificar quais as possíveis soluções, a saber:

etp-5.1.1.1.1. Realizar contagem dos ativos florestais;

etp-5.1.1.1.2. Diferenciar mata nativa de paisagismo;

etp-5.1.1.1.3. Elaborar o plano de supressão;



etp-5.1.1.1.4. Elaborar o plano de compensação.

#### ETP-5.1.2. Solução mais vantajosa

etp-5.1.2.1. Após a prospecção de dados verificou-se que a única solução é a contratação de empresa especializada em elaborar projeto legal ambiental com vistas a retirada regulamentar dos ativos florestais.

## ETP-6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:  
*VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;*

### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R06

R07

#### ETP-6.1. O que fazer?

etp-6.1.1.1. A solução como um todo trata da contratação de empresa para elaboração de projeto de inventário florestal com supressão e contempla:

- etp-6.1.1.1.1. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica;
- etp-6.1.1.1.2. Dar entrada no processo de autorização ambiental junto ao IAT de Toledo/PR;
- etp-6.1.1.1.3. Realizar contagem dos ativos florestais;
- etp-6.1.1.1.4. Diferenciar mata nativa de paisagismo;
- etp-6.1.1.1.5. Elaborar o plano de supressão;
- etp-6.1.1.1.6. Elaborar o plano de compensação;
- etp-6.1.1.1.7. Entregar à contratante toda documentação relativa à anuência ambiental;

#### ETP-6.2. Quem vai fazer?

etp-6.2.1.1. Profissional habilitado (Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo ou Biólogo) ou Empresa Especializada contendo em seu quadro técnico pelo menos um dos profissionais citados.

#### ETP-6.3. Como fazer?

etp-6.3.1.1. A solução da execução, tendo em vista que o orçamento é por empreitada fechada, sem planilha de custos, ficará a cargo da empresa contratada, cabendo à fiscalização técnica verificar se o projeto foi aprovado nos órgãos ambientais.

#### ETP-6.4. Onde Fazer?

etp-6.4.1.1. O Núcleo Especializado de Polícia Marítima têm por utilização efetiva, neste momento, a seguinte edificação:

ITEM	Edificação	Endereço	Cidade
1	NEPOM, Núcleo Especializado de Polícia Marítima	Av. Beira Rio 55	Guaíra



#### ETP-6.5. Por que Fazer?

etp-6.5.1.1. Tema já exaurido no item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

#### ETP-6.6. Vida útil do objeto da contratação.

etp-6.6.1.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

#### ETP-6.7. Manutenção e Assistência

etp-6.7.1.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

---

### ETP-7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:  
*IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;*

---

#### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R09

etp-7.1.1.1. A estimativa das quantidades teve como base a área de intervenção a saber:

etp-7.1.1.1.1. Área com aproximadamente 3.200 m<sup>2</sup> de vegetação nativa a ser removida, em função dos gabiões que deverão ser executados no local.

etp-7.1.1.2. Verificado o tamanho da intervenção colheram-se orçamentos com base na solução de fechamento apresentada.

---

### ETP-8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

*VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;*

---

#### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R21

etp-8.1.1.1. O objeto do contrato não possui custo unitário em tabela oficial do governo federal ou estadual, nem em mídia especializada.

etp-8.1.1.2. Os custos foram estimados a partir de orçamentos com fornecedores, buscas em painel de preços e outras fontes orçamentárias. Foram coletadas, ao menos, três referências





de preços e deverá ser considerado válido o de **menor valor**, tendo em vista tratar-se de dispensa de licitação por menor preço.

- etp-8.1.1.3. Foram pesquisadas contratações similares, ao final verificou-se apenas uma com o mesmo objeto mas com área diferente, sendo assim elaborou-se cálculo para aduzir o valor do m2 e desse efetuou-se o produto da área objeto da contratação. Essa pesquisa foi utilizada como uma cotação.
- etp-8.1.1.4. Dos cálculos por método verificou-se que a Associação de Engenheiros Florestais de Santa Catarina possuía uma tabela de valores condizente com a realidade da natureza do contrato e com a geografia do local de intervenção. Essa tabela foi utilizada como uma cotação.
- etp-8.1.1.5. Além disso, procedeu-se à cotação com fornecedores, o que retornou uma cotação.
- etp-8.1.1.6. Assim foram auferidos ao menos três valores de mercado e ao fim chegou-se ao valor da oferta.
- etp-8.1.1.7. Os orçamentos auferidos seguem na tabela abaixo:

PLANILHA DE ORÇAMENTOS PRÓPRIOS - COTAÇÃO DE MERCADO												
COTAÇÕES												
Elaboração de Inventário Florestal com Supressão, Projeto de Compensação Ambiental e Outros Serviços Ambientais (2.300m²)										UN	R\$ 10.000,00	VALOR ESCOLHIDO PARA DISPENSA
ITEM	FONTE	EMPRESA	CNPJ	DATA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	área de intervenção (m²)	Valor Total	valor p/ m²	Valor utilizando a área do objeto (A: 2.300,00 m²)	OBSERVAÇÕES	
1	PAINEL DE PREÇOS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Francisco Beltrão	77.816.510/0001-66	09/02/2024	Contratação de empresa habilitada para elaboração de Inventário Florestal, Laudo Técnico e Plano de Resgate de Fauna, incluindo: 1) Elaboração de Inventário Florestal (IF),conforme Portaria IAT n° 297/2023; 2) Elaboração de Laudo Técnico de Fauna (LTFau), conforme Portaria IAT n° 12/2024; 3) Elaboração de Plano de Resgate de Fauna, conforme Portaria IAT n° 097/2012; 4) Requerimento de Autorização Ambiental (AA) via eprotocolo; 5) Requerimento Autorização Florestal (AF) via Sinaflor/Ibama	m²	4.876,79	R\$ 16.500,00	R\$ 3,38	R\$ 7.781,76		
2	Cotação	GVC Engenharia e Gestão Florestal LTDA	38.313.142/0001-81	23/09/2025	a) Obtenção de autorização florestal para a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, em área equivalente à 0,23 hectares, para a execução de obras relacionadas à contenção do assoreamento do leito do Córrego do Meio, com a implantação de gabiões de pedra no trecho da APP limítrofe ao NEPOM, município de Guaíra/PR; b) Visita in loco ao imóvel em estudo para a identificação, demarcação e mensuração dos indivíduos arbóreos a serem suprimidos para a elaboração do projeto técnico florestal contendo o inventário florestal obtido a partir do levantamento à campo necessário para a obtenção da autorização florestal; c) Elaboração da proposta de compensação ambiental com base na Portaria IAT no 104/2024, em virtude da emissão da autorização florestal em questão, em local a ser determinado; d) Obtenção da documentação necessária, preenchimento de formulários, emissão de boletos referentes às taxas administrativas processuais e realização dos cadastros necessários para o processo; e) Gerenciamento e acompanhamento do processo junto ao Instituto Água e Terra, além de assessoria técnica durante todo o período de contratação até a emissão da autorização florestal por meio de diligências, reuniões e visitas ao local em estudo.	m²	2.300,00	R\$ 6.800,00	R\$ 2,96	R\$ 6.800,00	Cotação comercial obtida diretamente com o prestador de serviços	
3	Tabela fixa	Tabela de Honorarios Referenciais AEFsul ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS FLORESTAIS DO VALE DO BRAÇO DO NORTE E SUL DE SANTA CATARINA – AEFsul	10.533.402/0001-05	2024/2025	Projeto de Autorização de Corte (AuC) com Inventário Florestal 100% (Censo Florestal) – área URBANA (VALOR FIXO ATÉ 5.000 m²	m²	Até 5.000,00	R\$ 10.000,00	-	R\$ 10.000,00	Até 5.000 m2 — R\$ 10.000,00 5.000,1 a 10.000 m2 — R\$ 15.000,00 Acima de 10.000,1 m2 --- R\$ 20.000,00 + R\$ 1,00 pelo m2 excedente	

etp-8.1.1.8. A estimativa de valor ficou em: R\$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), tendo em vista a dispensa, onde o valor extraído deve ser o mínimo e não a média ou mediana.



## ETP-8.2. Curva ABC

etp-8.2.1.1. Não se aplicam ao objeto desta licitação, pois existe um único item.

## ETP-8.3. Cronograma Físico Financeiro

etp-8.3.1.1. Não será elaborado cronograma físico-financeiro, pois a medição deverá ser feita em parcela única, e somente depois de terminado e recebido o serviço.

## ETP-9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/2, parágrafo 1º e seus incisos:  
*VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação*

### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R10

R12

etp-9.1.1.1. O objeto da pretendida contratação não pode ser parcelado. Os serviços a serem executados são indissociáveis.

## ETP-10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:  
*XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;*

### ETP-10.1. O objeto prescinde ou não de outras contratações?

etp-10.1.1.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes. Todos os serviços que deverão compor a solução fazem parte do mesmo escopo.

## ETP-11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Conforme exigências do Art 11 Parágrafo único da lei 14.133/21 que diz:  
*Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.*

e inciso VII do Art 12 que diz:



*VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.*

etp-11.1.1.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

## ETP-12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:  
*IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;*

### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R13

#### ETP-12.1. Resultados Financeiros (ROI)

etp-12.1.1.1. O resultado que se busca, considerando o retorno sobre Investimento (ROI - Return on Investment) é que as medidas propostas para a supressão vegetal estejam de acordo com as regras de compensação de carbono tendo em vista os créditos de carbono por ativo florestal onde 1 crédito equivale a redução ou remoção de 1 tonelada de carbono por meio de restauração e manejo sustentável das florestas.

#### ETP-12.2. Resultados para a produtividade

etp-12.2.1.1. Não se aplicam ao objeto desta licitação.

#### ETP-12.3. Resultados quanto à aplicação de materiais e tecnologia

etp-12.3.1.1. Não se aplicam ao objeto desta licitação.

## ETP-13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:  
*X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;*

### Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R02

R33



### ETP-13.1. Adequação dos Locais e Ambientes

- etp-13.1.1.1. O local, objeto da contratação, possui ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.
- etp-13.1.1.2. Durante a etapa presencial, na coleta de informações, fotos e marcações da vegetação, o funcionário da empresa deverá ser acompanhado por servidor do local e ainda ter sido aprovado em anterior investigação social.

### ETP-13.2. Gestão e Fiscalização Técnica

- etp-13.2.1.1. Para gestão e fiscalização técnica deverá haver ao menos 1 (um) Gestor da Execução do Contrato titular e 1 (um) substituto, 1 (um) fiscal titular e 1 (um) substituto por localidade, que irá, em conjunto com o responsável técnico da contratada, consolidar todos os relatórios e comprovações com vistas ao recebimento provisório.

### ETP-13.3. Gestão e Fiscalização Administrativa

- etp-13.3.1.1. Para a fiscalização e gestão do contrato e, para a fase de julgamento das propostas, deverão haver servidores capacitados e treinados, ao menos dois de cada, para que não haja prejuízo, por desídia ou má qualificação, à Administração Pública e, para que se mantenha a saúde contratual durante toda a sua vigência.

---

## ETP-14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

*XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável*

- etp-14.1.1.1. A pretendida contratação não possui grau de risco em relação aos impactos ambientais por ela produzidos. Ela trata justamente da elaboração de projeto ambiental para a supressão racional de ativos florestais.

---

## ETP-15. JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Conforme exigências do Art 33 inciso IV da lei 14.133/21 que diz:

*XIII - Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*

*I - menor preço;*

*II - maior desconto;*

*III - melhor técnica ou conteúdo artístico;*

*IV - técnica e preço;*

*V - maior lance, no caso de leilão;*

*VI - maior retorno econômico.*

e ainda o inciso IX Art 18 da mesma lei:



*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

etp-15.1.1.1. Para a pretendida contratação não haverá julgamento por técnica, não se trata de projeto ou aquisição de solução própria que já não exista no mercado, ou ainda que necessite de critérios originais para a escolha do fornecedor.

## ETP-16. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

### ETP-16.1. Licença Ambiental

etp-16.1.1.1. Não se aplica ao objeto da contratação. O objeto trata exatamente de realizar a retirada legal de ativos florestais.

### ETP-16.2. Matrícula/RGI

etp-16.2.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08388.001388/2022-94, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

### ETP-16.3. SPIU

etp-16.3.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08388.001388/2022-94, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

### ETP-16.4. Autorização do Ordenador Para o Início da Demanda

etp-16.4.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08388.001388/2022-94, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

### ETP-16.5. Aprovação do Ordenador ao Fim da Instrução Processual

etp-16.5.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08388.001388/2022-94, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

## ETP-17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

*Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:  
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.*

etp-17.1.1.1. A equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### ETP-17.2. Viabilidade Técnica Operacional

etp-17.2.1.1.1. A Superintendência de Polícia Federal Paraná, através do Grupo Técnico de Edificações (GTED), possui no seu elenco quadro técnico interdisciplinar que fornecerá suporte em todas as etapas do processo. Porém, trata-se de um quadro reduzido, com vários contratos em pauta. Sendo assim, é indispensável



que as unidades contempladas colaborem com mais servidores para a realização do processo. As unidades contempladas deverão fornecer servidores capacitados, preferencialmente na área de engenharia e de contratações, para que o projeto siga dentro do prazo para contratação. Além disso, durante a etapa de fiscalização é imprescindível a disponibilidade de servidor que ocupe a função de fiscal setorial.

### ETP-17.3. Viabilidade Orçamentária

etp-17.3.1.1.1. Os custos do objeto da contratação são compatíveis e estão dentro da previsão orçamentária para o ano de 2025/26

### ETP-17.4. Viabilidade Técnico Legal

etp-17.4.1.1.1. O Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos foram elaborados em harmonia com a Instrução Normativa 05/2017 MPDG, o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o manual Obras Públicas do TCU e o Manual de Licitações e Contratos do TCU. A documentação legal (RGI, matrícula, cadastro no SPU) dos imóveis onde serão realizadas as intervenções, estão de acordo com as recomendações dos órgão de controle, a fim de que não se utilize verba, realize benfeitoria ou manutenção em imóvel que não seja da Polícia Federal/MJ.

### ETP-17.5. Viabilidade Ambiental

etp-17.5.1.1.1. Trata-se de contratação de serviço que não produz impacto ambiental, não é obra, portanto trata-se de quesito não aplicável no que diz respeito à necessidade de certidões, autorizações ou licenças junto aos órgão ambientais. A contratação trata justamente de cumprir as metas de sustentabilidade realizando a retirada racional de ativos florestais.

## LISTA DE ANEXOS

Anexo I do ETP - Mapa de Riscos

Anexo II do ETP - Mapa de Cotações



# ANEXO I

## do Estudo Técnico Preliminar

---

MAPA de RISCOS



## MAPA DE RISCOS

### ANEXO do ETP

#### MR-1. Metodologia

- mr-1.1.1.1. Elaborado de acordo com a NBR ISO 31000:2009 e Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.
- mr-1.1.1.2. Instrução Normativa Conjunta CGU/MP Nº 001: Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.
- mr-1.1.1.3. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017: Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### MR-2. Processo de Gestão de Riscos

- mr-2.1.1.1. Compreende atividades de identificação, avaliação, priorização e resposta ao risco, bem como o monitoramento e a comunicação às partes interessadas.

#### MR-3. Diretrizes

##### MR-3.1. Contexto

- mr-3.1.1.1. Identificação dos fatores internos e externos com mais capacidade de intensificar o risco.
- mr-3.1.1.2. O propósito da análise do contexto é verificar como os fatores internos e externos impactam os objetivos do processo.

##### MR-3.2. Identificação dos Riscos

- mr-3.2.1.1. Elabora-se o inventário e a descrição dos riscos. Identificam-se os eventos de risco, suas causas e consequências, da maneira

mais clara e abrangente possível, uma vez que os riscos que deixarem de ser levantados nessa etapa não serão incluídos nas etapas seguintes.

- mr-3.2.1.2. O evento é o incidente ou a ocorrência originada de fatores internos ou externos que afetam a realização de objetivos, isto é, caracteriza-se por um fato com a potencialidade de causar prejuízo ou benefício ao alcance dos objetivos.
- mr-3.2.1.3. As causas são os fatores que, de forma individual ou conjugada, têm o potencial de dar origem ao risco. Normalmente, são associadas a deficiências em processos, pessoas, sistemas, estrutura organizacional, infraestrutura física e tecnológica, além de aspectos externos, como econômicos, políticos, sociais, tecnológicos e outros.
- mr-3.2.1.4. As consequências podem ser definidas como o efeito que a materialização do evento gera na realização dos objetivos. A descrição detalhada das consequências auxilia na concepção e implementação de controles hábeis a diminuir o impacto do risco.

##### MR-3.3. Análise dos Riscos

- mr-3.3.1.1. Refere-se à compreensão da natureza do risco e à determinação do nível de risco, mediante o produto da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis.

##### MR-3.4. Avaliação dos Riscos

- mr-3.4.1.1. Consiste na comparação dos resultados obtidos na etapa de análise com o apetite previamente estabelecido, a fim de verificar quais riscos necessitam de tratamento.

##### MR-3.4.2. Escala de Probabilidade

- mr-3.4.2.1. Escala de probabilidade: mede a possibilidade de ocorrência do risco.



mr-3.4.2.2. Os graus de probabilidade definidos foram:

**Probabilidade**

Muito Baixa	Em situações excepcionais, o evento poderá ocorrer, mas não há indícios ou informações que sinalizem sua ocorrência no prazo associado ao objetivo.	1
Baixa	A ocorrência do evento é improvável, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade no prazo associado ao objetivo.	2
Média	De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias e informações indicam moderadamente essa possibilidade no prazo associado ao objetivo.	3
Alta	De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias e informações indicam fortemente essa possibilidade no prazo associado ao objetivo.	4
Muito Alta	De forma inequívoca, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias e informações indicam claramente essa possibilidade no prazo associado ao objetivo.	5

**MR-3.4.3. Escala de Impacto**

mr-3.4.3.1. Escala de impacto: mede o efeito, nos objetivos do processo, da materialização do risco.

mr-3.4.3.2. Os graus de impacto foram classificados em:

**Impacto**

Muito baixo	Impacto mínimo. Não afeta ou tem pouco efeito no alcance do objetivo/resultado	1
Baixo	Impacto pouco relevante. Afeta em alguma medida o alcance do objetivo/resultado, mas não de forma significativa	2
Médio	Impacto moderado. Afeta parcialmente o alcance do objetivo/resultado	3
Alto	Impacto altamente relevante. Afeta totalmente ou quase totalmente o alcance do objetivo/resultado	5

Praticamente certo	De forma inequívoca, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias e informações indicam claramente essa possibilidade no prazo associado ao objetivo.	5
--------------------	--	---

**MR-3.4.4. Matriz de Nível de Riscos**

mr-3.4.4.1. Representa a magnitude dos riscos, por meio da multiplicação dos graus de probabilidade e de impacto dos riscos, a fim de subsidiar as etapas de priorização e tratamento, no sentido de determinar tratamento priorizado para aqueles que alcancem níveis de risco inerente.

**MR-3.4.5. Appetite ao Risco**

mr-3.4.5.1. Quantidade de risco, no sentido mais amplo, que uma organização está disposta a aceitar em sua busca para agregar valor.

**MR-3.4.6. Tolerância ao Risco**

mr-3.4.6.1. margem que a administração permite aos gestores de suportar o impacto de determinado risco em troca de benefícios específicos, ainda que esse risco seja superior ao apetite a risco determinado pela organização.

**MR-3.5. Categorias de Risco**

mr-3.5.1.1. Foram definidas conforme tabela a seguir:

Origem	Categoria	Descrição
Externo	Político	Eventos associados a políticas, decisões e alterações governamentais que têm potencial de afetar significativamente a instituição. Esses eventos podem envolver mudanças em regulamentações de políticas, mudança de governo e instabilidade política.



<b>Orçamentário</b>	Eventos que podem comprometer a capacidade da instituição de contar com recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades ou que possam comprometer a própria execução orçamentária e financeira. Podem ou não estarem associados ao ambiente econômico.
<b>Social</b>	Eventos ligados a mudanças em características e tendências sociais que podem afetar nos serviços ofertados pela instituição. Essas mudanças podem envolver fatores como demografia, comportamento do público-alvo, valores culturais e expectativas da sociedade.
<b>Econômico</b>	Eventos como alta taxa de juros, alto desemprego, queda no nível da renda social, desigualdade social.
<b>Ambiental</b>	Eventos que possam provocar danos ambientais causados pelas atividades da instituição ou devido à ocorrência externa.
<b>Tecnológico</b>	Eventos associados ao desenvolvimento tecnológico, acesso às inovações e disponibilidade de ferramentas que podem comprometer os serviços internos, Situações como dependência de sistemas de TIC, ataques cibernéticos, falhas de segurança, interrupção no funcionamento de sistemas e obsolescência tecnológica.
<b>Concorrência</b>	Eventos associados à competição com outras instituições públicas e privadas. Esses eventos envolvem a perda de mercado, pressão por inovação e disputa por recursos.
<b>Imagem</b>	Eventos que podem comprometer a confiança da sociedade, parceiros, comunidade interna ou fornecedores em relação à capacidade da instituição em cumprir a missão institucional, impactando na má percepção pública.

<b>Interno</b>	<b>Legal e regulatório</b>	Eventos associados ao não cumprimento de regulamentações, normas e políticas internas, que podem resultar em penalidades. Também, eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que possam comprometer as operações da organização.
	<b>Pessoas</b>	Eventos associados à força de trabalho da instituição, podendo comprometer as atividades e objetivos, tais como falha humana, falta de qualificação, déficit de pessoas, rotatividade, clima organizacional, entre outros.
	<b>Integridade</b>	Ações, omissões ou vulnerabilidades que possam favorecer ou facilitar a ocorrência de práticas de corrupção, fraude, irregularidade, desvio ético ou de conduta, afetando a probidade da gestão dos recursos públicos e das atividades da instituição.
	<b>Infraestrutura</b>	Eventos que podem comprometer o provimento de recursos e espaços para a execução de todas as atividades da organização.
	<b>Segurança da informação</b>	Eventos associados à confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação, privacidade e proteção de dados e informações da instituição e de pessoas.
	<b>Tecnologia</b>	Eventos associados a falhas ou deficiências na infraestrutura e sistemas de informação, bem como ao desenvolvimento tecnológico, acesso às inovações e disponibilidade de ferramentas e serviços. Podem comprometer as atividades da instituição ou de unidades internas.



## MR-3.6. Escala de Severidade

mr-3.6.1.1. Produto da probabilidade pelo impacto.

5	5	10	15	20	25
4	4	8	12	16	20
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5
	1	2	3	4	5
Severidade					



R01	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Ausência da formalização do Documento de Formalização da Demanda (DFD) que origina a contratação, demanda não incluída no PCA	2. Baixa	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Início de processo para contratação que não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo e esforços do requisitante que iniciou o processo. Ausência de controle dos prazos relacionados à conclusão da contratação. Possibilidade de ocorrência de fracionamento de despesa	Elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD) pelo setor requisitante com a designação da equipe de planejamento antes de iniciar o planejamento da contratação. Verificar inclusão no PNPC no ano que se pretende contratar		Autoridade competente não aprova o início da instrução processual até a inclusão tempestiva ou adiamento da demanda para os anos posteriores	
R02	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Equipe responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos, com consequente indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competição e aumento dos custos.	Capacitar os membros da EPC. Remanejar ativos humanos.		Autoridade competente deve reavaliar a Equipe ou capacitar os membros de forma tempestiva	
R03	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Curto espaço de tempo para executar o processo de planejamento para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização).	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento



	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO	CONTINGÊNCIA
	Infraestrutura	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação.	Aumentar a equipe de planejamento, com profissionais com qualificação técnica, para executar as atividades de planejamento.	Autoridade competente solicita complementação de prazo ou aumenta a quantidade de ativos humanos

R04	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto		Responsável	Fase
	Interno	<b>Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização)</b>	2. Baixa		4. Alto		EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA			
	Pessoas	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação.	No caso de contratações de maior risco, a equipe de planejamento executa as atividades de planejamento de forma mais exaustiva		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)			

R05	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto		Responsável	Fase
	Interno	<b>Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares</b>	2. Baixa		4. Alto		EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA			
	Legal & regulatório	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos; ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação; ou levando a especificações indevidamente restritivas, com	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela equipe de planejamento		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)			





		consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação		
--	--	---	--	--

R06	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Indefinição do conteúdo dos estudos técnicos preliminares	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Estudos técnicos preliminares cujo conteúdo não permite atingir seu objetivo, com consequente desperdício de recursos (e.g., financeiro, pessoal) públicos.	Designação de equipe capacitada tecnicamente e empenhada em realizar uma estudo pormenorizado de acordo com as necessidades da Administração		Autoridade competente revisa os estudos preliminares para verificar o seu real atendimento às necessidades da Administração	

R07	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Aproveitamento de edital do contrato anterior da própria instituição e/ou adesão a preços de contratos de outras instituições	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Infraestrutura	Utilização de modelos de execução do objeto e de gestão do contrato que não atendem fielmente à necessidade da instituição	EPC avalia todas as condições estabelecidas no edital e decide se é possível cumpri-las e se são suficientes para que a instituição tenha sua necessidade atendida		Autoridade competente não aprova a adesão.	

R08	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Definição de requisitos da contratação insuficientes	3. Média	3. Médio	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	



	Pessoas	Contratação de empresa que não atende à necessidade que originou a contratação, com consequente desperdício de recursos públicos	EPC elabora quadro com requisitos mínimos necessários para o atendimento das necessidades da Administração, avaliando se as exigências que limitam a participação dos licitantes são realmente indispensáveis		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	
R09	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Ausência de padronização para elaboração da documentação	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Infraestrutura	Descrição de objetos aquém ou além da necessidade. Contratação de soluções com erro no levantamento de mercado e escolha daquela mais vantajosa sob o aspecto econômico, técnico, e/ou sustentabilidade. Impossibilidade de contratar em razão de suspensão pelos órgãos de controle devido a irregularidades. Especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação.	Acompanhamento contínuo dos objetos para evitar o risco repetido.		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	
R12	Origem	CAUSA	Probabilidade	Grau de Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Mensuração incorreta de preços dos serviços	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Elevação de custos decorrente do incorreto levantamento dos preços mensurados	A EPC deve se basear nos preços constantes no Painel de Preços do Governo Federal, não suficiente, poderá basear-se em contratações similares de outros órgãos e entidades públicas, sítios eletrônicos especializados e cotação com fornecedores		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	



R13	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Estimativa incorreta da quantidade de serviços	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Não atendimento da necessidade da Administração, em caso de subdimensionamento	EPC define critérios objetivos para a quantificação dos materiais, equipamentos e insumos que atendam às necessidades da Administração e documenta aplicação do método no Estudo Técnico Preliminar		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	

R14	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Parcelamento do objeto da contratação	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Aumento de custos através da contratação de várias empresas para o mesmo objeto; dificuldade no acompanhamento dos problemas e a verificação das suas causas, propiciando multiplicidade de esforços na gestão e fiscalização do contrato.	A EPC deve avaliar se a solução é realmente divisível, levando em conta a especificidade do serviço a ser executado, a operacionalização da gestão e fiscalização durante a execução contratual e o possível aumento do custo		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	

R15	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Definição de requisitos da contratação indevidos	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Limitação indevida da competição com consequente atraso na contratação	EPC elabora quadro com requisitos necessários para o atendimento das necessidades da Administração, avaliando se as exigências realmente são devidas		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	



R16	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Não parcelamento do objeto da contratação	2. Baixa	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Licitação com poucos fornecedores no processo licitatório e dependência de uma única empresa para um serviço indispensável para a Administração	A EPC deve avaliar se a solução é realmente indivisível, levando em conta a especificidade do serviço a ser executado, a operacionalização da gestão e fiscalização durante a execução contratual, a possível dependência de uma única empresa e a avaliar a limitação da competitividade ocasionada pelo não parcelamento		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	
R17	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Definição de resultados não realistas	2. Baixa	4. Alto	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Frustração do setor demandante e da comunidade acadêmica, com consequente não atendimento da necessidade que gerou a contratação	EPC deve avaliar a possibilidade da contratação alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. Se a equipe de planejamento considerar que os resultados não são realistas, deve negociar com a área requisitante para ajustar as expectativas, planejando, assim, uma contratação viável		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	
R18	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Inexistência de análise de risco	2. Baixa	3. Médio	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	



	Legal & regulatório	Desconsideração dos riscos existentes na contratação e gestão do contrato, com consequente impacto causado por todos os riscos desconsiderados.	EPC elabora análise de risco da contratação e da gestão contratual		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)		
R19	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase	
	Interno	Análise de risco deficiente	3. Média		3. Médio	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA		
	Pessoas	Desconsideração de riscos relevantes, com consequente impacto causado por estes riscos	EPC elabora análise de risco aprofundada (e.g entrevistas com gestores, equipe de fiscalização do contrato anterior, visitas in loco às áreas a serem atendidas) da contratação e da gestão contratual		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)		
R20	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase	
	Interno	Termo de referência (TR) incompleto ou inconsistente	3. Média	4. Alto	EPC	Planejamento	
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA		
	Pessoas	TR cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou a contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual,com consequente desperdício de recursos (e.g., financeiro, pessoal) públicos	Equipe de planejamento realiza levantamento das falhas verificadas nos contratos anteriores junto à gestão e fiscalização contratual; verifica todas as atividades necessárias ao bom desempenho e atendimento das necessidades da Administração; bem como incluir no TR todos os direitos e deveres - tanto da contratante quanto da contratada - de forma clara e objetiva		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)		
R21	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase	



	Interno	Questionamentos quanto a exigências contidas no edital legais e legítimas, mas não usuais	3. Média	2. Baixo	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Surgimento de questionamentos no certame (e.g., impugnações, recursos), com consequente paralisação do certame até que a exigência seja compreendida ou revista	A EPC inclui referência aos dispositivos legais e/ou jurisprudência que fundamenta a inclusão das exigências que não são usuais e têm maior risco de questionamentos		Pregoeiro e equipe de planejamento devem dar celeridade aos questionamentos levantados, quando for o caso, pelos licitantes e realizar a revisão das exigências impostas para adequá-las às orientações existentes na Administração Pública Federal	
R22	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Definição de mecanismos que propiciem a ingerência da organização na administração da contratada	2. Baixa	3. Médio	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Caraterização de execução indireta ilegal, com consequente prática de ilícito trabalhista ante os entendimentos contidos na Súmula 331/TST	EPC deve definir, no modelo de execução do objeto, que: a interação entre o órgão e a contratada ocorra essencialmente por intermédio do preposto, com exceção de serviços que exijam interação direta entre os usuários do serviço e a contratada;  aspectos relativos à relação contratual entre a contratada e seus funcionários (e.g. solicitação de férias e avaliação de desempenho individual) sejam tratados entre essas duas partes, sem interferência do órgão;  definir claramente elementos que incluam a qualificação técnica necessária para assumir cada posto de serviço e os documentos que servirão para comprovar a qualificação exigida junto ao órgão;		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	



R23	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Método subjetivo (ou ausência de método) para quantificar a prestação do serviço e suas obrigações	3. Média	3. Médio	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Pagamento por demandas não entregues e possível comprometimento da qualidade do serviço	EPC define método objetivo para quantificar a demanda buscando, sempre que possível, priorizar aspectos específicos da Administração		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	

R24	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Cláusulas de penalidades genéricas	3. Média	3. Médio	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Impossibilidade de aplicação de penalidades, com consequente impossibilidade de induzir o contrato a voltar a normalidade em caso de desconformidades na execução	EPC inclui no modelo de gestão do contrato cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: atrelar multas às obrigações da contratada estabelecidas no modelo de execução do objeto no TR; definir o rigor de cada multa de modo que seja proporcional ao prejuízo causado pela desconformidade; definir a forma de cálculo da multa, de modo que seja o mais simples possível; definir o que fazer se as multas se acumularem (e.g. distrato); definir as condições para aplicações de glosas, bem como as respectivas formas de cálculo		Autoridade competente deve reavaliar a Equipe ou capacitar os membros de forma tempestiva	

R25	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
-----	--------	-------	---------------	---------	-------------	------





R27	Externo	Valor estimado da contratação acima do valor previsto do orçamento da Administração	3. Média	3. Médio	EPC	Planejamento
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Orçamentário	Indisponibilidade orçamentária, com consequente impossibilidade de contratação	Equipe de planejamento verifica junto a informação sobre a disponibilidade orçamentária que comporte o valor máximo estimado para a contratação		Equipe de planejamento realiza adequação do objeto da contratação para adequa-la à disponibilidade orçamentária	

R27	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto participando da licitação	4. Alta	3. Médio	EPC	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	A EPC, inclui no edital exigências de qualificação econômico-financeira, tais como: certidão negativa de falência ou recuperação judicial; balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um); entre outros		A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro	

R28	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Atestado de capacidade técnica exigido determina comprovação de execução do objeto com características, prazo ou qualidade desproporcional do objeto que se deseja contratar	2. Baixa	3. Médio	EPC	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	



	Legal & regulatório	Limitação indevida da competição, ou interrupção do processo de contratação (e.g., mandado de segurança no poder judiciário, determinação dos órgãos de controle)	EPC inclui exigência de apresentação de atestado para comprovação da qualificação técnica atentando à algumas diretrizes, por exemplo: deve-se explicitar as características relevantes do objeto que serão objeto de comprovação do atestado, não se devendo fazer descrições genéricas que podem deixar margem de dúvida quanto ao que deve ser comprovado; deve-se permitir o somatório de atestados nos casos em que a aptidão técnica das licitantes puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e vedar o somatório em caso contrário; não deve ser estabelecido limitação temporal para os atestados, ou seja, não se pode rejeitar atestado devido à sua antiguidade (mas deve-se exigir que o objeto do atestado tenha sido executado dentro de determinado prazo compatível com o prazo do contrato que se pretende firmar); não se pode estabelecer qualquer distinção entre atestados de serviços prestados a organizações públicas e a organizações privadas	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)
--	---------------------	---	--	---

R29	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Empresas sem qualificação técnica adequada para a prestação de serviços de terceirização participando da licitação	3. Média	4. Alto	Pregoeiro	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Contratação de empresas incapazes de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	O pregoeiro deve exigir dos participantes do processo licitatório as documentações e atestados exigidos em edital e, quando for o caso, realizar diligências para averiguação da veracidade dos documentos enviados		A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro	



R31	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Cláusulas de penalidade genéricas (ou sua ausência) para comportamentos inadequados das licitantes durante o pregão	2. Baixa	4. Alto	EPC	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Integridade	Impossibilidade de aplicação de penalidades, com consequente impossibilidade de inibir comportamentos que retardam indevidamente o certame por parte das licitantes despreparadas	Equipe de Planejamento inclui no instrumento convocatório as sanções previstas para os comportamentos tipificados na Lei 14.133/21, atentando para evitar cláusulas genéricas		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	
R32	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Pregoeiro não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade (e.g., conhecimentos técnicos do objeto, conhecimentos jurídicos aprofundados)	2. Baixa	4. Alto	Pregoeiro	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Aceitação ou à recusa de propostas em desacordo com o edital, com consequente contratação de empresa incapaz e/ou inidônea para a execução do objeto	Manter quadro de pregoeiros devidamente capacitados e atualizados com as jurisprudências e normas em geral no tocante ao processo licitatório		A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo à CPL	
R33	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Não consultar todas as listas onde constam restrições para contratar com a Administração Pública	2. Baixa	4. Alto	Pregoeiro	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	



	Integridade	Contratar licitante com restrições, com consequente descumprimento da legislação, incluindo a possibilidade de ilícito penal	Consultar, na etapa de julgamento, as listas elaboradas pelos Órgãos Governantes Superiores	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro
--	-------------	--	---	--

R34	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Não instaurar procedimento administrativo para apurar condutas de licitantes que podem ser tipificadas no art. 155 da Lei 14.133/21	3. Média	4. Alto	Pregoeiro	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Integridade	Existência de grande número de propostas não mantidas após a fase de lances, com consequente atraso no processo de contratação, aumento do custo administrativo e favorecimento de ambiente propício a conluio entre licitantes para fraude	Pregoeiro solicita a instauração do procedimento administrativo para apuração dos casos em que o vencedor da fase de lances não é o adjudicatário do objeto do certame, indicando a conduta e as evidências de infração, ou apresenta as justificativas quando não ocorrer instauração do processo, devendo em ambos os casos documentar o ocorrido na ata de julgamento do pregão		Ao perceber a conduta, a autoridade que homologa o pregão instaura o processo citado, ante a omissão do pregoeiro	

R35	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Ausência de clareza sobre data e hora dos eventos relacionados aos pregões eletrônicos(e.g., data e hora de reinício das sessões após suspensão)	2. Baixa	3. Médio	Pregoeiro	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Integridade	Impedimento de as licitantes praticarem atos no certame licitatório (e.g., manifestação da intenção de recorrer), com consequente afronta aos princípios da publicidade, transparência e isonomia	Pregoeiro divulga com clareza no sistema eletrônico que suporta a execução da licitação (e.g., ComprasNet) as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício		Ao perceber a falta de clareza sobre data e hora dos eventos relacionados ao pregão, o mesmo informará nova data para abertura do respectivo evento, com antecedência mínima de 24 horas	



R36	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Avaliação do mérito do recurso durante a fase de intenção de recursos	2. Baixa	3. Médio	Pregoeiro	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Integridade	Indeferimento de recurso em fase inapropriada e por agente público ilegítimo, com consequente retardo do fim do procedimento licitatório (ante a declaração de nulidade da decisão e necessidade de refazimento de todos os atos decorrentes do ato nulo)	No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avalia somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação)		Pregoeiro deve rever os atos praticados, a fim de sanar os possíveis equívocos cometidos	
R37	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Licitação fracassada ou deserta	2. Baixa	3. Médio	EPC	Seleção do Fornecedor
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Demora no processo de contratação, gerando prejuízos ao andamento das atividades da Administração	Inclusão de pré-requisitos dos licitantes e características dos produtos que forem essenciais ao objeto da licitação		Repetição da licitação com a devida revisão dos motivos que originaram o seu fracasso	
R38	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Ausência de acompanhamento e fiscalização concomitante à execução do contrato	2. Baixa	3. Médio	GESCON	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	



	Pessoas	Ocorrência de distorções na execução do serviço que somente serão detectadas posteriormente à ocorrência destes, prejudicando a qualidade da execução do serviço	EPC inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in loco e diligências, quando aplicáveis, bem como forma de execução desses procedimentos	Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva
--	---------	--	---	---

R39	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Elementos básicos do contrato não estão claros de forma uniforme para as partes do contrato	3. Média	3. Médio	EPC	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Diferenças de entendimentos e expectativas entre as partes, com consequente atraso durante a execução do contrato devido à necessidade de esclarecer os pontos com entendimento divergente	EPC prevê no modelo de execução do objeto que ocorrerá uma reunião de iniciação do contrato, imediatamente após a assinatura deste, com a presença das partes interessadas, para esclarecer os pontos fundamentais do Contrato, além de dispor de forma clara e objetiva os direitos e obrigações de ambas as partes		Gestão do Contrato e a equipe de planejamento realiza uma reunião extraordinária com a empresa e seu preposto a fim de esclarecer e todos os pontos inexatos previstos no Contrato	

R40	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Responsável pela gestão do contrato não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	3. Média	3. Médio	GESCON	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Pessoas	Não fiscalização adequada dos serviços e obrigações contidas no TR, com consequente não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências.	EPC orientará o setor requisitante quanto às competências necessárias à gestão e fiscalização contratual, indicando cursos de formação para os responsáveis pela gestão contratual		Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva	



R41	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Falta de padronização na fiscalização contratual	3. Média		2. Baixo	GESCON	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO			CONTINGÊNCIA	
	Infraestrutura	Gestão e fiscalização deficiente, haja vista a multiplicidade de procedimentos utilizados pelos atores envolvidos em virtude da falta de padronização, como também a dificuldade de comunicação com a contratada gerada pelo mesmo motivo	Padronização dos procedimentos de gestão e fiscalização contratual por meio documento interno que esteja alinhado às normas e melhores práticas na Administração Pública			Gestão do contrato deve realizar reunião com todos os fiscais a fim de padronizar os procedimentos a serem executados pela fiscalização	

R42	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Ausência de consequências para a contratada caso não mantenha as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação	2. Baixa		4. Alto	EPC	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO			CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Contratada não manter essas condições, com consequente retorno de todos os riscos que foram mitigados por meio dos critérios de habilitação e qualificação da licitação	EPC inclui no TR: cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;  cláusula de penalidade para o inadimplemento da cláusula acima (não manutenção das condições);  cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração pela não manutenção das condições, além das penalidades já previstas em lei			Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	

R43	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto	Responsável	Fase





	Interno	<b>Utilização de controles, durante a fiscalização, pouco eficazes para garantir o cumprimento, pela contratada, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS</b>	2. Baixa	4. Alto	EPC	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Baixa eficácia na mitigação dos riscos de descumprimento dessas obrigações pela contratada	EPC incluirá no TR, a fim de melhorar a fiscalização contratual, dispositivos relevantes, tais como: verificação mensal do pagamento do FGTS; recolhimento do INSS; comprovante de pagamento salarial, de vale-transporte e vale- alimentação e outros documentos pertinentes às obrigações da contratada com seus colaboradores e as sanções em casos de descumprimento de tais deveres		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	
R44	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	<b>Os gestores e fiscais dos contratos atuam sem nomeação formal</b>	2. Baixa	3. Médio	SELOG	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatório	Questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação formal	Autoridade competente nomeia previamente ao início da execução contratual os representantes da organização que atuarão na gestão e fiscalização do contrato, assim como seus substitutos eventuais		Autoridade competente identifica os gestores e fiscais de contratos que estão atuando sem portaria e emite tal documento imediatamente	
R45	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	<b>Licitante não mantém a regularidade fiscal e trabalhista na fase de execução contratual</b>	2. Baixa	4. Alto	GESCON	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	



	Integridade	Prejuízos ao Erário e aos funcionários terceirizados em virtude dos descumprimentos das obrigações fiscais e trabalhistas	Fiscal administrativo do contrato consulta mensalmente o SicaF para verificar a adimplência das obrigações fiscais e trabalhistas, além de executar os procedimentos do Anexo VIII-B da IN 05/2017 SEGES MPDG		Gestão do contrato apura as irregularidades verificadas e inicia processo administrativo para penalizar a empresa		
R46	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Ausência de designação formal do preposto, por parte da empresa contratada	2. Baixa		2. Baixo	GESCON	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO			CONTINGÊNCIA	
	Integridade	Prejuízos à qualidade dos serviços contratados pela Administração Pública, dando margem, além disso, para atos de ingerência por parte da Administração Pública, uma vez que não há o representante da contratada para quem se deve reportar	A empresa contratada nomeia formalmente seu preposto, expressando os poderes e deveres em relação à execução do objeto (art. 44 da IN 05/17).			Gestor do Contrato identifica o preposto que está atuando sem instrumento formal e solicita a designação do mesmo pela empresa contratada.	
R47	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Ausência de recebimento provisório/definitivo do serviço, por parte da Administração Pública	2. Baixa		3. Médio	GESCON	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO			CONTINGÊNCIA	
	Legal & regulatorio	O não recebimento de obra ou serviço, apesar de não excluir a responsabilidade civil do contratado, pode implicar em sua baixa qualidade	Seguir as orientações previstas no TR sobre as formas de recebimento provisório e definitivo em todo serviço realizado, devendo o recebimento definitivo ser realizado em um período máximo de 15 dias.			Gestor/fiscal do contrato identifica o serviço e procede, imediatamente, a vistoria para seu recebimento definitivo	
R48	Origem	CAUSA	Probabilidade		Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual	3. Média		2. Baixo	GESCON	Gestão de Contrato



Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO	CONTINGÊNCIA
Integridade	Aceites provisórios e definitivos em objetos parcialmente executados ou não executados, com consequente pagamento indevido	Seguir as orientações previstas no TR sobre as formas de recebimento provisório e definitivo em todo serviço realizado.	Gestor/fiscal do contrato identifica o serviço e procede, imediatamente, a vistoria para seu recebimento definitivo

R49	Origem	CAUSA	Probabilidade	Impacto	Responsável	Fase
	Interno	Aditivo contratual (superestimativas relevantes)	3. Média	4. Alto	GESCON	Gestão de Contrato
	Categoria	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO		CONTINGÊNCIA	
	Integridade	Quantitativos superestimados que comprometam a observância aos princípios da economicidade, moralidade e probidade administrativas devem sofrer alteração contratual para reduzir os quantitativos inadequados, ajustando o montante total ao valor real. Pode caracterizar superfaturamento de obras públicas e configurar ato de improbidade administrativa.	<ul style="list-style-type: none"><li>- avaliar qual tipo de empreitada a ser utilizada;</li><li>- avaliar a álea (ordinária ou extraordinária);</li><li>- estabelecer os riscos ordinários e extraordinários contemplados pelo bdi.</li><li>- estabelecer o percentual máximo para os riscos.</li><li>- elabora Matriz de Riscos do contrato</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>- em regra, deve proceder, de ofício, a alteração contratual para reduzir os quantitativos inadequados, ajustando o montante total ao valor real.</li><li>- admite-se que a contratada pleiteie a não redução do valor global do contrato comprovando haver outros serviços cujos quantitativos estão subestimados, promovendo-se a compensação entre os montantes financeiros.</li></ul>	



# MAPA DE COTAÇÕES

## COTAÇÕES - ANEXO DO ETP e TR

### COTAÇÕES

VALOR ESCOLHIDO PARA  
DISPENSA

Elaboração de Inventário Florestal com Supressão, Projeto de Compensação Ambiental e Outros Serviços Ambientais (2.300m²)						UN	R\$ 10.000,00		R\$ 6.800,00		
ITEM	FONTE	EMPRESA	CNPJ	DATA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	área de intervenção (m²)	Valor Total	valor p/ m²	Valor utilizando a área do objeto (A: 2.300,00 m²)	OBSERVAÇÕES
1	PAINEL DE PREÇOS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Francisco Beltrão	77.816.510/0001-66	09/02/2024	Contratação de empresa habilitada para elaboração de Inventário Florestal, Laudo Técnico e Plano de Resgate de Fauna, incluindo: 1) Elaboração de Inventário Florestal (IF),conforme Portaria IAT n° 297/2023; 2) Elaboração de Laudo Técnico de Fauna (LTFau), conforme Portaria IAT n° 12/2024; 3) Elaboração de Plano de Resgate de Fauna, conforme Portaria IAT n° 097/2012;	m²	4.876,79	R\$ 16.500,00	R\$ 3,38	R\$ 7.781,76	



						4) Requerimento de Autorização Ambiental (AA) via eprotocolo; 5) Requerimento Autorização Florestal (AF) via Sinaflor/Ibama					
2	Cotação	GVC Engenharia e Gestão Florestal LTDA	38.313.142/0001-81	23/09/2025	<p>a) Obtenção de autorização florestal para a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, em área equivalente à 0,23 hectares, para a execução de obras relacionadas à contenção do assoreamento do leito do Córrego do Meio, com a implantação de gabiões de pedra no trecho da APP limítrofe ao NEPOM, município de Guaira/PR;</p> <p>b) Visita in loco ao imóvel em estudo para a identificação, demarcação e mensuração dos indivíduos arbóreos a serem suprimidos para a elaboração do projeto técnico florestal contendo o inventário florestal obtido a partir do levantamento à campo necessário para a obtenção da autorização florestal;</p> <p>c) Elaboração da proposta de compensação ambiental com base na Portaria IAT no 104/2024, em virtude da emissão da autorização florestal em questão, em local a ser determinado;</p> <p>d) Obtenção da documentação necessária, preenchimento de formulários, emissão de boletos referentes às taxas administrativas processuais e realização dos cadastros necessários para o processo;</p> <p>e) Gerenciamento e acompanhamento do processo junto ao Instituto Água e Terra, além de assessoria</p>	m²	2.300,00	R\$ 6.800,00	R\$ 2,96	R\$ 6.800,00	Cotação comercial obtida diretamente com o prestador de serviços



técnica durante todo o período de  
contratação até a emissão da autorização  
florestal por meio de diligências,  
reuniões e visitas ao local em estudo.

3	Tabela fixa	Tabela de Honorarios Referenciais AEFSUL ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS FLORESTAIS DO VALE DO BRAÇO DO NORTE E SUL DE SANTA CATARINA – AEFsul	10.533.402/ 0001-05	2024/2025	Projeto de Autorização de Corte (AuC) com Inventário Florestal 100% (Censo Florestal) – área URBANA (VALOR FIXO ATÉ 5.000 m²	m²	Até 5.000,00	R\$ 10.000,00	-	R\$ 10.000,00	Até 5.000 m2 --- R\$ 10.000,00 5.000,1 a 10.000 m2 --- R\$ 15.000,00 Acima de 10.000,1 m2 --- R\$ 20.000,00 + R\$ 1,00 pelo m2 excedente
---	-------------	--	------------------------	-----------	--	----	-----------------	------------------	---	---------------	---